



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XV — N.º 15

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 10 DE FEVEREIRO DE 1960

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

3.ª sessão conjunta

2.ª Sessão Legislativa Extraordinária, da 4.ª Legislatura

Em 11 de Fevereiro de 1960, às 21,00 horas, no Palácio da Câmara dos Deputados

ORDEM DO DIA

Veto presidencial (total) ao Projeto de Lei do Senado n.º 29, de 1957 e 3.697, de 1958, na Câmara dos Deputados, que extingue os cargos de Depositários Judiciais da Justiça do Distrito Federal e das outras providências; tendo Relatório sob n.º 1, de 1960, da Comissão Mista designada de acordo com o art. 46 do Regimento Comum.

MESA

Presidente: João Goulart (Vice-Presidente da República).

Vice-Presidente: Senador Filinto Müller.

1.º Secretário: Senador Cunha Mello.

2.º Secretário: Senador Freitas Cavalcanti.

3.º Secretário: Senador Gilberto Marinho.

4.º Secretário: Senador Novaes Filho.

1.º Suplente: Senador Mathias Olympio.

2.º Suplente: Senador Heribaldo Vieira.

Comissão Diretora

Filinto Müller.

Cunha Mello.

Freitas Cavalcanti.

Gilberto Marinho.

Mathias Olympio.

Heribaldo Vieira.

Secretário: Luiz Nabuco (Diretor Geral da Secretaria).

LÍDERES E VICE-LÍDERES

DA MAIORIA

Jefferson de Aguiar.

VICE-LÍDERES

Victorino Freire.

Moura Andrade.

DA MINORIA

Líder: João Villasbôas.

Vice-Líder: Rui Palmeira.

SENADO FEDERAL

DOS PARTIDOS

DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder:

Vice-Líderes:

Victorino Freire.
Jefferson de Aguiar.
Moura Andrade.

DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Líder: Argemiro de Figueiredo.

Vice-Líderes:

Vivaldo Lima.
Saulo Ramos.
Barros Carvalho.

DA UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL

Líder: João Villasbôas.

Vice-Líder: Rui Palmeira.

DO PARTIDO LIBERTADOR

Líder: Octávio Mangabeira.

Vice-Líder: Novaes Filho.

DO PARTIDO REPUBLICANO

Líder: Attilio Vivacqua.

DO PARTIDO SOCIAL

PROGRESSISTA

Líder: Jorge Maynard.

Comissões Permanentes

Comissão de Finanças

Gaspar Velloso — Presidente.
Vivaldo Lima — Vice-Presidente.

Ary Vianna.
Francisco Gallotti.
Victorino Freire.
Moura Andrade.
Paulo Fernandes.
Lima Guimarães.
Fausto Cabral.
Barros Carvalho.
Daniel Krieger.
Fernandes Távora.
Saulo Ramos.
Irineu Bornhausen.
Fernando Corrêa.
Dix-Huit Rosado.
Mem de Sá.

SUPLENTE

P.S.D.:

1. Menezes Pimentel.
2. Jefferson de Aguiar.
3. Ruy Carneiro.
4. Jarbas Maranhão.
5. Taciano de Mello.
6. Eugênio de Barros.

P.T.B.:

1. Leônidas Mello.
2. Caiado de Castro.
3. Arlindo Rodrigues.
4. Zacarias de Assumpção.
5. Guido Mondim.

U.D.N.:

1. Milton Campos.
2. Padre Calazans.
3. Rui Palmeira.
4. Coimbra Bueno.
5. João Arruda.

Secretário: Renato Chermont.

Reuniões: Terças-feiras, às quinze horas.

Comissão de Constituição e Justiça

Lourival Fontes — Presidente.
Daniel Krieger — Vice-Presidente.
Menezes Pimentel.
Benedicto Valladares.
Jefferson de Aguiar.
Ruy Carneiro.
Lima Guimarães.
Argemiro de Figueiredo.
Rui Palmeira.
Milton Campos.
Attilio Vivacqua.

SUPLENTE

P.S.D.:

1. Gaspar Velloso.
2. Jarbas Maranhão.
3. Francisco Gallotti.
4. Ary Vianna.

P.T.B.:

1. Mourão Vieira.
2. Barros Carvalho.
3. Caiado de Castro.

U.D.N.:

1. Affonso Arinos.
2. João Arruda.
3. João Villasbôas.

Secretária: Maria do Carmo Rondon Ribeiro Saraiva, Oficial Legislativa.

Comissão de Economia

Ary Vianna — Presidente.
Fernandes Távora — Vice-Presidente.

Lino de Mattos. (*)

Lima Teixeira.

Alô Guimarães.

Taciano de Mello.

Leônidas de Mello.

Guido Mondim.

Joaquim Parente.

SUPLENTE

P.S.D.:

1. Eugênio Barros.
2. Jefferson de Aguiar.
3. Moura Andrade.

P.T.B.:

1. Argemiro de Figueiredo.
2. Fausto Cabral.
3. Souza Naves.

P.T.B.:

1. Lourival Fontes.

U.D.N.:

1. Reginaldo Fernandes.
2. Fernando Corrêa.

Secretária: Romilda Duarte.

Reuniões: Quintas-feiras, às 15,30 horas.

Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas

Francisco Gallotti — Presidente.
Eugênio Barros.
Coimbra Bueno.
Taciano de Mello.

SUPLENTE

P.S.D.:

1. Ary Vianna.
2. Victorino Freire.
3. Paulo Fernandes.

P.T.B.:

1. Fausto Cabral.

U.D.N.:

1. Joaquim Parente.

Secretária: Isnard Barros de Albuquerque Melo, Oficial Legislativo.

Reuniões: Quartas-feiras, às 16,00 horas.

Comissão de Saúde Pública

Reginaldo Fernandes — Presidente.
Alô Guimarães — Vice-Presidente.
Pedro Ludovico.
Miguel Couto.
Fernando Corrêa.

SUPLENTE

P.S.D.:

Taciano de Melo.
Eugenio de Barros.

P.T.B.:

Vivaldo Lima.

U.D.N.:

Fernandes Távora.

Dix-Huit Rosado.

Secretária: Alva Lirio Rodrigues, Oficial Legislativo.

Reuniões: Quintas-feiras, às 16,00 horas.

Comissão de Legislação Social

Lima Teixeira — Presidente.
Ruy Carneiro — Vice-Presidente.
Caíado de Castro.
João Arruda.
Jefferson de Aguiar.
Menezes Pimentel.
Lino de Mattos.
Irineu Bornhausen.

SUPLENTE

P.S.D.:

1. Francisco Gallotti.
2. Ary Vianna.
3. Sebastião Archer.

P.T.B.:

1. Lourival Fontes.
2. Vivaldo Lima.
3. Miguel Couto.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES.

MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

MAURO MONTEIRO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
AVENIDA RODRIGUES ALVES, 1

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 50,00
Ano Cr\$ 96,00

Exterior

Ano Cr\$ 136,00

FUNCIONÁRIOS

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 39,00
Ano Cr\$ 76,00

Exterior

Ano Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

U.D.N.:

1. Dix-Huit Rosado.
2. Padre Calazans.

Secretária: Eulália Chockatt de Sá.

Reuniões: Quartas-feiras, às 16,30 horas.

Comissão de Redação

1. Mourão Vieira — Presidente.
2. Sebastião Archer — Vice-Presidente.
3. Afonso Arinos.
4. Ary Vianna.
5. Padre Calazans.

SUPLENTE

P.S.D.:

1. Menezes Pimentel.

2. Ruy Carneiro.

U.D.N.:

1. Daniel Krieger.
2. Joaquim Parente.

P.T.B.:

1. Lourival Fontes.

Secretária: Cecília de Rezende Martins.

Reuniões: Terças-feiras, às 15,00 horas.

Comissão de Relações Exteriores

Afonso Arinos — Presidente.
Benedicto Valladares — Vice-Presidente.

Gaspar Velloso.
Moura Andrade.
Lourival Fontes.
Miguel Couto.

Vivaldo Lima.
Rui Palmeira.
Mem de Sá.

SUPLENTE

P.S.D.:

1. Menezes Pimentel.
2. Jefferson de Aguiar.
3. Paulo Fernandes.

P.T.B.:

1. Lima Guimarães.
2. Argemiro de Figueiredo.
3. Mourão Vieira.

U.D.N.:

1. Milton Campos.
2. João Villasboas.

P.L.:

1. Octávio Mangabeira.
Secretário: João Batista Castejon Branco, Oficial Legislativo.

Reuniões: Quartas-feiras, às 16,00 horas.

Comissão de Segurança Nacional

Jefferson de Aguiar — Presidente.
Caíado de Castro — Vice-Presidente.

Fernando Corrêa.
Jarbas Maranhão.
Jorge Maynard.
Pedro Ludovico.
Zacarias de Assumpção.

SUPLENTE

P.S.D.:

1. Francisco Gallotti.
2. Ruy Carneiro.
3. Taciano de Mello.

P.T.B.:

1. Saulo Ramos.
2. Lima Teixeira.

Secretária: Maria do Carmo Rondon Ribeiro Saraiva, Oficial Legislativo.

Comissão de Serviço Público Civil

Daniel Krieger — Presidente.

Jarbas Maranhão — Vice-Presidente.

Ary Vianna.

Caíado de Castro.

Arlindo Rodrigues.

Joaquim Parente.

Mem de Sá.

SUPLENTE

P.S.D.:

1. Ruy Carneiro.
2. Moura Andrade.

P.T.B.:

1. Leônidas Melo.
2. Zacharias Assumpção.

Secretária: Lia da Cunha Fortuna, Oficial Legislativo "M".

Reuniões: Sextas-feiras, às 16,00 horas.

Comissão de Educação e Cultura

Mourão Vieira — Presidente.

Padre Calazans — Vice-Presidente.

Jarbas Maranhão.

Paulo Fernandes.

Saulo Ramos.

Reginaldo Fernandes.

Mem de Sá.

SUPLENTE

PSD

1. Moura Andrade.
2. Sebastião Archer.

PTB

1. Lima Teixeira.
2. Leônidas Melo.

UDN

1. Afonso Arinos.
2. Milton Campos.

PL

Octávio Mangabeira.

Secretária — Diva Gallotti — Oficial Legislativo.

Reuniões — Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissões Especiais

Comissão Especial de Revisão do Código de Processo Civil

João Villasboas — Presidente.

Cunha Mello — Vice-Presidente.

Jefferson de Aguiar.

Menezes Pimentel.

Attilio Vivacqua.

Secretário — José da Silva Lisboa.

Comissão Especial de Estudos dos Problemas da Sêca do Nordeste

Reginaldo Fernandes — Presidente.

Ruy Carneiro — Vice-Presidente.

Jorge Maynard — Relator.

Arlindo Rodrigues.

Francisco Gallotti.

Secretário — José Geraldo da Cunha.

Comissão Especial do Vale do Rio Doce

1. Benedicto Valladares — Presidente.
2. Jorge Maynard — Vice-Presidente.
3. Attilio Vivacqua.
4. Lima Teixeira.
5. Rui Palmeira.

Secretária — Cecília de Rezende Martins.

Comissão de Legislação Agrária

- Paulo Fernandes — Presidente.
 Mem de Sá — Vice-Presidente.
 Jefferson de Aguiar.
 Mourão Vieira.
 Lima Teixeira.
 Fernando Corrêa.
 Milton Campos.

Secretário — José Geraldo da Cunha.

Comissão Especial de Estudo da Política de Produção e Exportação.

- Lima Teixeira — Presidente.
 Fernandes Távora — Vice-Presidente.

- Gaspar Velloso.
 Mourão Vieira.
 Francisco Gallotti.
 Gilberto Marinho (1).
 Attilio Vivacqua.
 Guido Mondin (2).

(1) Substituído temporariamente pelo Sr. Taciano de Mello.

(2) Substituído temporariamente pelo Sr. Bandeira Vaughan.

Secretário — Miécio dos Santos Andrade.

Comissão Especial incumbida de emitir parecer sobre o Projeto de Emenda à Constituição n. 2, de 1959, que acrescenta dispositivos ao art. 4.º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

- Cunha Mello — Presidente.
 Milton Campos — Vice-Presidente.
 Menezes Pimentel — Relator.
 Benedicto Valladares.
 Jefferson de Aguiar.
 Ruy Carneiro.
 Gaspar Velloso.
 Gilberto Marinho.
 Lourival Fontes.
 Lima Guimarães.
 Argemiro de Figueiredo.
 Vivaldo Lima.
 Daniel Krieger.
 Rui Palmeira.
 Affonso Arinos.
 Attilio Vivacqua.

Secretário — Miécio dos Santos Andrade.

Comissão Especial incumbida de emitir parecer sobre o Projeto de Emenda à Constituição n. 1, de 1959, que dispõe sobre a organização Política-Administrativa e Judiciária da Futura Capital da República.

- Cunha Mello — Presidente.
 Milton Campos — Vice-Presidente.
 Menezes Pimentel — Relator.
 Benedicto Valladares.
 Jefferson de Aguiar.
 Ruy Carneiro.
 Gaspar Velloso.
 Lourival Fontes.
 Lima Guimarães.
 Taciano de Mello.
 Argemiro de Figueiredo.
 Vivaldo Lima.
 Daniel Krieger.
 Rui Palmeira.
 Affonso Arinos.
 Attilio Vivacqua.

Secretário — Miécio dos Santos Andrade.

Comissão de Legislação Agrária

- Paulo Fernandes — Presidente.
 Mem de Sá — Vice-Presidente.
 Jefferson de Aguiar.
 Mourão Vieira.
 Lima Teixeira.
 Fernando Corrêa.
 Milton Campos.
 Secretário — José Geraldo da Cunha.

Comissão de Inquérito para apurar fatos aludidos por Sua Eminência o Sr. Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro.

- Francisco Gallotti — Presidente.
 Reginaldo Fernandes — Vice-Presidente.
 Moura Andrade — Relator.
 Gaspar Velloso.
 Vivaldo Lima.
 Caiado de Castro.
 Paulo Fernandes.
 Argemiro de Figueiredo.
 Lourival Fontes.
 Lima Guimarães.
 Daniel Krieger.
 Rui Palmeira.
 João Villasboas.
 Attilio Vivacqua.
 Novais Filho.
 Jorge Maynard.
 Secretária — Isnard Sáfes de Albuquerque Mello.

Comissão de Mudança da Capital

- Coimbra Bueno.
 Paulo Fernandes.
 Lima Guimarães.
 Lino de Mattos.
 Secretário — Sebastião Velga.

Comissão Especial de Reforma da Constituição n. 1, de 1958

- Gilberto Marinho.
 Benedicto Valladares.
 Gaspar Velloso.
 Públio de Mello.
 Argemiro de Figueiredo (1).
 Vivaldo Lima.
 Daniel Krieger.
 Rui Palmeira.
 Affonso Arinos.
 Attilio Vivacqua.

(1) Substituído temporariamente pelo Sr. Caiado de Castro.

Secretário — Miécio dos Santos Andrade.

Comissão Especial incumbida de emitir parecer sobre o Projeto de Emenda à Constituição n. 1, de 1959, que dispõe sobre a organização Política Administrativa e Judiciária da Futura Capital da República.

- Cunha Mello — Presidente.
 Milton Campos — Vice-Presidente.
 Menezes Pimentel.
 Benedicto Valladares.
 Jefferson de Aguiar.
 Ruy Carneiro (2).
 Gaspar Velloso.
 Taciano de Mello.
 Lourival Fontes.
 Lima Guimarães.

Comissão Especial incumbida de elaborar os Projetos de Código Eleitoral e Partidário

- João Villasboas.
 Mem de Sá.
 Menezes Pimentel.
 Argemiro de Figueiredo.
 Cunha Mello.

Tendo examinado o Balanço relativo ao exercício de 1959, de acordo com a designação feita pelo Senhor Vice-Presidente do Senado, em 22 de janeiro corrente, que me foi apresentado pelo Senhor Diretor Geral, acompanhado dos documentos de ns. 803 a 1.202 relativos ao quarto trimestre de 1959, e do livro Caixa, e verificado a exatidão das contas e o saldo de Cr\$ 65.509.021,10 (sessenta e cinco milhões, quinhentos e nove mil, vinte e um cruzeiros e dez centavos) que passa para o exercício seguinte, sou de parecer que a Comissão Diretora deva aprovar a prestação de contas do Senhor Diretor-Geral, Doutor Luiz Nabuco.

Sala das Comissões, em 28 de janeiro de 1960. — Novaes Filho.

Cópia do Balanço a que se refere o parecer supra:

BALANÇO RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 1959

	Receita	Cr\$	Cr\$
Janeiro			
1 — Saldo do exercício anterior		19.200.648,00	
13 — Devolução salário-família		10.100,00	19.210.748,00

Comissão Especial incumbida de emitir parecer sobre o Projeto de Emenda Constitucional n. 2, de 1959, que acrescenta dispositivo ao art. 4.º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, sobre a transformação do atual Distrito Federal em Estado da Guanabara.

- Cunha Mello — Presidente.
 Milton Campos — Vice-Presidente.
 Menezes Pimentel.
 Benedicto Valladares.
 Jefferson de Aguiar.
 Ruy Carneiro.
 Gaspar Velloso.
 Gilberto Marinho.
 Lourival Fontes.
 Lima Guimarães.
 Vivaldo Lima.
 Daniel Krieger.

ATAS DAS COMISSÕES**Comissão Diretora****PRIMEIRA REUNIAO REALIZADA EM 28 DE JANEIRO DE 1960**

Sob a presidência do Sr. Cunha Mello, primeiro Secretário, presentes os Srs. Gilberto Marinho, 3º Secretário, Novaes Filho, 4º Secretário, Mathias Olympio, 1º Suplente e Heribaldo Vieira, 2º Suplente, reune-se a Comissão Diretora.

Deixam de comparecer por motivo justificado, os Srs. Filinto Müller, Presidente, e Freitas Cavalcanti, 2º Secretário.

A ata da reunião anterior é lida e sem debate aprovada.

De acordo com os pareceres do Sr. 4º Secretário, são deferidos os Requerimentos ns. 183 e 193, de 1959, nos quais os taquígrafos das classes "N" e "O" solicitam apostila de seus títulos na classe imediatamente superior, a exemplo do que foi feito para os das demais classes.

Ainda nos termos do parecer de Sua Excelência é indeferido o Requerimento nº 180-59, no qual Odete Lopes de Almeida, Enfermeira, solicita apostila de seu título no padro "O", visto já lhe estar assegurado o padro "N".

O Sr. 4º Secretário procede à leitura dos seguintes pareceres relativos à prestação de Contas, do quarto trimestre do ano próximo passado, apresentada pelo Bacharel Luiz Nabuco, Diretor Geral da Secretaria.

Março		
23 -- 1.ª prestação trimestral		41.547.500,00
Abril		
1 -- Juros c/82 -- Caixa Econômica, con-	565.610,90	
tados até 6-12-58		
13 -- Venda de papel imprestável	210,00	565.820,90
Junho		
8 -- Venda de papel imprestável	120,00	
10 -- Venda de 1 caminhonete usada	122.548,00	
15 -- 2.ª prestação trimestral	23.427.500,00	23.550.168,00
Julho		
13 -- Venda de pneumáticos e baterias		10.300,00
usados		
Agosto		
5 -- 3.ª prestação trimestral		23.427.500,00
Outubro		
19 -- Devolução despesas assumidas No-		
vacap -- viagem à Brasília, ref. ao	85.000,00	
doc. n.º 784		
22 -- Devolução despesas assumidas No-		
vacap -- viagem à Brasília, ref. ao	20.000,00	
docs. n.º 869		
29 -- Juros c/82 -- Caixa Econômica con-	421.932,60	
tados até 6-6-59		
30 -- 4.ª prestação trimestral	23.427.500,00	23.954.432,60
Novembro		
11 -- Devolução despesas assumidas No-		
vacap -- viagem à Brasília, ref. ao		28.000,00
doc. n.º 932		
Dezembro		
22 -- Devolução despesas assumidas No-		
vacap -- viagem à Brasília, ref. ao	16.302,00	
doc. n.º 942		
29 -- Juros c/82 -- Caixa Econômica con-	1.030.689,10	
tados até 28-12-59		
29 -- Devolução vencimento -- Givon Si-	8.125,00	1.055.116,10
queira Machado		
		133.349.585,60

Despesa

Cr\$

Janeiro		
-- Documentos de números	1 a 69	907.093,70
Fevereiro		
-- Documentos de números	70 a 93	1.439.071,70
Março		
-- Documentos de números	94 a 168	6.608.187,50
Abril		
-- Documentos de números	169 a 265	1.945.078,50
Mai		
-- Documentos de números	266 a 348	2.387.856,90
Junho		
-- Documentos de números	349 a 444	7.332.525,50
Julho		
-- Documentos de números	445 a 551	4.424.554,20
Agosto		
-- Documentos de números	552 a 721	12.000.462,00
Setembro		
-- Documentos de números	722 a 802	2.000.164,40
Outubro		
-- Documentos de números	803 a 912	3.986.321,00
Novembro		
-- Documentos de números	913 a 1.045	8.819.668,70
Dezembro		
-- Documentos de números	1.046 a 1.202	15.989.580,40
Soma		67.840.564,50
Saldo p/o exercício seguinte		65.509.021,10
		133.349.585,60

Seção Financeira da Diretoria de Contabilidade, em 31 de dezembro de 1959. — Luiz do Nascimento Monteiro, Oficial Legislativo, classe "O"; Irene Macedo Ludolf, Chefe da Seção Financeira; Visto: Maria Tavares Barretto Coelho, Diretora da Contabilidade.

Tendo examinado o Balanço relativo ao exercício de 1959 — Verba para construção do edifício sede do Senado Federal — de acordo com a designação feita pelo Senhor Vice-Presidente do Senado, em 22 de janeiro corrente, que me foi apresentado pelo Senhor Diretor-Geral, e verificado não ter havido despesa e a existência do saldo de Cr\$ 20.116.944,10 (vinte milhões cento e dezesséis mil, novecentos e quarenta e quatro cruzeiros e dez centavos) que passa para o exercício seguinte, sou de parecer que a Comissão Diretora deva aprovar a prestação de contas do Senhor Diretor-Geral, Doutor Luiz Nabuco.

Sala das Comissões, em 28 de janeiro de 1960. — Novaes Filho.

Cópia do Balanço a que se refere o parecer supra:

BALANÇO RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 1959

Verba para construção do Edifício Sede do Senado Federal

Receita		Cr\$
Janeiro		
1 -- Saldo do exercício anterior		19.236.570,10
Junho		
19 -- Juros c/202, Caixa Econômica contados até 30-12-58 ..		290.178,10
Novembro		
11 -- Juros c/202, Caixa Econômica relativos ao 1.º semes-		292.901,20
tre de 1959		
Dezembro		
29 -- Juros c/202, Caixa Econômica relativos ao 2.º semes-		297.294,70
tre de 1959		
		20.116.944,10
Despesa		Cr\$
-- Saldo para o exercício seguinte		20.116.944,10
		20.116.944,10

Seção Financeira da Diretoria de Contabilidade, em 31 de dezembro de 1959. — Luiz do Nascimento Monteiro, Oficial Legislativo, classe "O"; Irene Macedo Ludolf, Chefe da Seção Financeira; Visto: Maria Tavares Barretto Coelho, Diretora da Contabilidade.

Face aos pareceres resolve a Comissão aprovar a aludida prestação de Contas do Sr. Diretor-Geral.

É deferido, de acordo com o parecer do Sr. 2º Suplente o Requerimento n.º 1-60, em que Myriam Côrtes Groig, Oficial Legislativo, classe "M", solicita dois (2) anos de licença para tratar de interesses particulares e autorização para viajar para o estrangeiro.

O Sr. 3º Secretário, invocando o testemunho do Sr. Senador Cunha Mello, retifica a ata da reunião de 17 de setembro do ano passado, esclarecendo que a Comissão aprovara o seu parecer, referente a requerimento em que Oficiais Legislativos pedem aproveitamento na carreira de Bibliotecário, e não o voto em separado do Sr. 1º Secretário, conforme consta da publicação da aludida ata.

Atendendo a apelo do Sr. 4º Secretário, o Sr. Senador Gilberto Marinho acede em permanecer na banca designada para apreciar os títulos apresentados pelas candidatas às vagas de bibliotecária.

Em seguida, passa a Comissão ao exame das listas triplices apresentadas pela Comissão de Promoções, além dos nomes daqueles a quem cabe a promoção por antiguidade. Quatro serão as vagas. A 1ª aberta com o falecimento de Nair Brown, a 2ª e a 3ª com as aposentadorias de Julieta Galathéa de Novaes, Diretora de Serviço, e Luíza Berg Cabral, Taquígrafa Revisora; e a 4ª com o falecimento de Joaquim de Araújo Pinho.

Para a primeira são promovidos:

Arlete Bretas do Nascimento a "PL-7", por antiguidade;

Elza Flores da Silva à classe "O" por antiguidade;

Maria Luíza Müller de Almeida, à classe "N", por merecimento;

Ruth de Souza Castro, à classe "M", por merecimento;

Sylvio Pinto de Carvalho, à classe "L", da carreira de Auxiliar Legislativo, por merecimento.

Para a 2ª vaga, de Julieta Galathéa, são escolhidos:

Aurora de Souza Costa, por merecimento, a Diretor do Serviço, "PL-2";

Paulo Barbosa, por antiguidade, a PL-6;

Luiz do Nascimento Monteiro, por merecimento, a PL-7;

Nathércia Silva de Sá Leitão, por merecimento, à classe "O";

Ercília Cruz da Fonseca, por antiguidade, à classe "N";

Necy Gomes, por merecimento, à classe "M";

Antonieta Furtado Rezende, por antiguidade, à classe "L", da carreira de Auxiliar Legislativo.

Para a vaga de Luíza Berg Cabral, foram promovidos, por merecimento:

Veri Ericson, a Taquígrafa Revisora, PL-3;

Maria Thereza Fernandes de Andrade, a Taquígrafa, PL-6;

Edmar Lélío Vieira Faria Soares, a Taquígrafa, PL-7.

Para a vaga de Joaquim de Araújo Pinho, são promovidos:

Pedro Rodrigues de Souza, a Ajudante de Porteiro, classe "M", por merecimento;

José Jurandyr de Vasconcelos a Auxiliar de Portaria, classe "L", por merecimento; e

Oscar Luiz de Azevedo, à classe "K", da mesma carreira, por merecimento.

Por fim o Sr. 1º Secretário determina a elaboração de projetos de re-

soluções, aposentando, conforme pedidos feitos, Aurora de Souza Costa e Pedro Rodrigues de Souza.

Nada mais havendo que tratar o Sr. Presidente encerra os trabalhos, lavrando eu, Luiz Nabuco, Diretor-Geral e Secretário da Comissão, a presente ata.

Comissão de Redação

SEGUNDA REUNIAO, EM 9 DE FEVEREIRO DE 1960

(Convocação Extraordinária)

As quinze horas e dez minutos, do dia nove de fevereiro do ano de mil novecentos e sessenta, na Sala das Comissões, reúne-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Sr. Senador Mourão Vieira, achando-se presentes os Srs. Senadores Afonso Arinos, Menezes Pimentel e Padre Calazans.

Deixa de comparecer, por motivo justificado, o Sr. Senador Ary Viana.

E' lida e, sem alterações, aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova os pareceres em que o Sr. Afonso Arinos oferece a redação final:

— das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara, nº 51, de 1958, autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 6.400.000,00, para a construção de prédios próprios destinados às Agências Postais Telegráficas de Capangema, no Estado do Pará, Ponte Boa, no Amazonas, Município de São Sebastião do Passé, na Bahia, Joaçaba e Indaial, ambas em Santa Catarina;

— do Projeto de Lei do Senado nº 28, de 1959, que institui o "Dia de Deodoro".

As quinze horas e trinta minutos, nada mais havendo que tratar, o Senhor Presidente encerra a reunião, lavrando eu, Cecília de Rezende Martins, Secretária, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

ATA DA 16.ª SESSÃO DA 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA, DA 4.ª LEGISLATURA, EM 9 DE FEVEREIRO DE 1960.

PRESIDÊNCIA DOS SRS. CUNHA MELLO E FREITAS CAVALCANTI

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Mourão Vieira — Cunha Mello — Vivaldo Lima — Paulo Fender — Zacharias de Assumpção — Lobão da Silveira — Victorino Freire — Eugênio Barros — Leonidas Mello — Mathias Olympio — Joaquim Parente — Fausto Cabral — Fernandes Távora — Menezes Pimentel — Sérgio Marinho — Reginaldo Fernandes — Dix-Huit Rosado — Argemiro de Figueiredo — Ruy Carneiro — Novaes Filho — Jarbas Maranhão — Freitas Cavalcanti — Silvestre Pericles — Lourival Fontes — Heribaldo Vieira — Lima Teixeira — Attilio Vivacqua — Ary Vianna — Jefferson de Aguiar — Paulo Fernandes — Arlindo Rodrigues — Miguel Couto — Caiado de Castro — Gilberto Marinho — Afonso Arinos — Benedito Valadares — Lima Guimarães — Milton Campos — Lino de Mattos — Padre Calazans — Pedro Ludovico — Taciano de Mello — João Villasbôas — Fernando Corrêa — Alô Guimarães — Gaspar Velloso — Saulo Ramos — Mem de Sá — Guido Mondim — (48).

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 48 Srs. Senadores.

Havendo número legal, está aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 4.º Secretário, servindo de 2.º, procede à leitura da ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é sem debate aprovada.

O Sr. 2.º Secretário, servindo de 1.º, dá conta do seguinte

Expediente

Projeto de Resolução n. 1, de 1960

Nomeia para o cargo inicial da carreira de Auxiliar Legislativo candidatos habilitados em concurso.

O Senado Federal resolve:

Artigo único. São nomeados, de acordo com a alínea "c" do art. 85, item II, do Regimento Interno para exercer o cargo da classe "K" da carreira de Auxiliar Legislativo, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Alexandre Rachid José Pedro e Leda Paula Gertrudes Alves de Carvalho.

Justificação

Tendo em vista a existência de duas vagas no Quadro da Secretaria e em virtude de ter sido revalidado, pela Resolução nº 7-58, o prazo de vigência do concurso realizado para provimento de cargos de Auxiliar Legislativo, propõe a Comissão Diretora, nos termos do art. 85, alínea "c", item II, do Regimento Interno, a nomeação dos dois candidatos em epígrafe, obedecida a rigorosa classificação no mencionado concurso.

Sala das Sessões, em 9 de fevereiro de 1960. — Cunha Mello. — Freitas Cavalcanti. — Gilberto Marinho. — Mathias Olympio. — Novaes Filho. — Heribaldo Vieira.

Projeto de Resolução n. 2, de 1960

Nomeia para o cargo inicial da carreira de Taquígrafo candidata habilitada em concurso.

O Senado Federal resolve:

Artigo único. E' nomeada, de acordo com a alínea "c" do art. 85, item II, do Regimento Interno, para exercer o cargo da classe "N" da carreira de Taquígrafo, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Edila Macedo Ribeiro.

Justificação

A candidata em epígrafe foi habilitada em concurso, tendo sido classificada em 9.º lugar.

Em face da desistência de duas candidatas, propõe a Comissão Diretora, nos termos do dispositivo acima citado, a nomeação da referida candidata, obedecida a rigorosa classificação no aludido concurso.

Sala das Sessões, em 9 de fevereiro de 1960. — Cunha Mello. — Freitas Cavalcanti. — Gilberto Marinho. — Mathias Olympio. — Novaes Filho. — Heribaldo Vieira.

O SR. PRESIDENTE:

Os Projetos de Resolução que acabam de ser lidos independem de apoio e de pareceres das Comissões. Vão à publicação e, oportunamente, serão incluídos na Ordem do Dia.

Continua a hora do expediente.

Tem a palavra o nobre Senador Afonso Arinos, primeiro orador inscrito. (Pausa)

Não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Victorino Freire, segundo orador inscrito.

O SR. VICTORINO FREIRE:

(Lê o seguinte discurso) — Sr. Presidente:

Na edição de hoje do *Diário de Notícias*, o irmão do "Canário" renovou a agressão ao Embaixador Negrão de Lima, desenterrando o caso do General Delgado, que já havia caído em exercício findo. E como nesta tribuna tomei a defesa do meu velho amigo Embaixador Negrão de Lima, achou por bem aplicar-me mais um ligeiro coice.

O Senado é testemunha do meu sentimento de humanidade pois muito embora o tenha esportado com certa violência, não tenho deixado, entretanto, de lhe oferecer boa e farta razão. Quando da última vez que ocupei a tribuna, pois que não disponho de jornais para defender-me, informei lealmente ao Senado que, atendendo à SUIPA, o animal estava em repouso, em virtude dos ferimentos que lhe produziram as esporas e o bridão. Tendo os ferimentos da barriga criado bicho, mandei logo um veterinário assisti-lo, munido de fenol e creolina e outros antissépticos, para curar-lhe as bicheiras e as escoriações das chicotadas que lhe dei nas orelhas com a ponta do relho que lhe abriram algumas chagas que foram também curadas.

O seu ódio ao Embaixador Negrão de Lima, cifra-se no fato do nosso eminente representante em Lisboa não ter até agora criado um incidente com o Governo português.

Toda a Nação sabe que no incidente Delgado, o Embaixador Negrão de Lima, então Ministro das Relações Exteriores, se portou com a maior finura, serenidade e paciência para resolver o incidente, uma vez que o asilo ao General Delgado, foi consagrado e aprovado por todos, sendo matéria pacífica. A crítica que alguns Senadores, entre os quais me incluo, aqui fizeram não foi ao asilo concedido, mas ao Embaixador de então, que resolveu como os fatos posteriores confirmaram, ser um dos chefes da oposição portuguesa. E como o incidente não se resolvia com as demarches do Embaixador Alvaro Lins, mandou o Sr. Negrão de Lima, o Embaixador Mendes Vianna a Lisboa e este, em três dias, resolveu o caso que o Embaixador efetivo, em três meses, não conseguiu, não pôde ou não quis resolver. Tomando a defesa da posição certa e digna do Embaixador Negrão de Lima, o injuriador me agride, afirmando que sou "advogado digno da causa". Eu me sinto muito orgulhoso em ser comparado ao Embaixador Negrão de Lima ou da causa e posição que ele defende. Injúria eu consideraria, se o agressor afirmasse que eu me pareço com ele. Assim, eu iria às últimas consequências.

O Embaixador Negrão de Lima, em todos os altos postos que tem exercido se comportou com absoluta correção e brilho e sua honradez pessoal construiu o pedestal do respeito e acatamento que lhe tributam os seus concidadãos.

Nada devo ao Embaixador Negrão de Lima a não ser a velha amizade que desde 1930 me dispensa com efusão e sem reservas o eminente Embaixador em Lisboa. Aqui estarei sempre pronto a tomar-lhe a defesa, máxime quando ausente não pode dar resposta cabal e completa à escória que o agride e o injuria.

Quanto ao mais, Sr. Presidente, reafirmando que nesta polémica falarei por último, vou hoje mandar a razão do animal, aos meus cuidados, pois atendendo solicitação minha, o Senador Novaes Filho, mandou do seu Engenho, em Pernambuco, uma lata de mel de furo, para fazer uma gárgala misturada com tenro capim milhan que abrirá, sem dúvida, o apeti-

te do animal que ainda traz a boca ferida pelos socos que lhe dei no bridão.

E' só. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do expediente.

Não há outro orador inscrito.

O SR. FREITAS CAVALCANTI:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Freitas Cavalcanti.

O SR. SENADOR FREITAS CAVALCANTI PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE A MESAS DO ORADOR, SERÁ POSTERIORMENTE PUBLICADO.

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do Expediente. (Pausa).

Sobre a mesa requerimento de urgência que vai ser lido pelo Sr. 1.º Secretário.

E' lido o seguinte

Requerimento n. 14, de 1960

Nos termos do art. 330, letra "c", do Regimento Interno, requeremos urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1960, que autoriza o Poder Executivo a instruir a Fundação das Piorreiras Sociais.

Sala das Sessões, em 9 de fevereiro de 1960. — Jefferson de Aguiar, Líder da Maioria e do PSD em exercício. — Gilberto Marinho. — Cunha Mello. — Ruy Carneiro. — Paulo Fender. — Benedito Valadares. — Victorino Freire. — Caiado de Castro. — Pedro Ludovico. — Eugênio Barros. — Novaes Filho. — Lobão da Silveira. — Menezes Pimentel. — Arlindo Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE:

O requerimento de urgência será votado no fim da Ordem do Dia.

Passa-se à Ordem do Dia.

Votação, em primeira discussão, do Projeto de Emenda à Constituição nº 2, de 1959, que altera dispositivos constitucionais referentes à organização do Estado da Guanabara, tendo Pareceres da Comissão Especial: I — Sobre o projeto inicial: nº 233, de 1959, contrário (com voto em separado dos Srs. Senadores Jefferson de Aguiar e Afonso Arinos); II — Sobre o substitutivo apresentado em Plenário em 1.ª discussão. nº 925, sugerindo modificações.

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 36 Srs. Senadores. Não há número para votação dessa matéria.

Passa-se à matéria seguinte

Eleição da Comissão Especial (16 membros) que deverá emitir parecer sobre a Denúncia nº 2-60, de Paulo Martins Torres contra Ministro do Supremo Tribunal Federal.

O SR. PRESIDENTE:

Suspendo a sessão por cinco minutos para que os Srs. Senadores organizem as chapas.

A sessão é suspensa às 15,14 e reaberta às 16,20.

O SR. PRESIDENTE:

Está reaberta a sessão. Vai-se proceder à chamada. (Procede-se à chamada)

O SR. PRESIDENTE:

Responderam à chamada 32 Srs. Senadores. Vai-se proceder à apuração.

(*Procede-se à apuração*)

O SR. PRESIDENTE:

De acôrdo com o voto do Plenário, a Comissão Especial que deverá emitir parecer sobre a Denúncia número 2, de 1960, fica constituída dos Srs. Senadores:

Menezes Pimentel
Ruy Carneiro
Jarbas Maranhão
Benedito Valadares
Lobão da Silveira
Gaspar Veloso
Lima Teixeira
Fausto Cabral
Guido Mondim
Arlindo Rodrigues
Lourival Fontes
Milton Campos
Afonso Arinos
Daniel Krieger
Heribaldo Vieira
Atílio Vivacqua

Continuação da discussão única do Requerimento nº 9, de 1960, do Senhor Senador Jefferson de Aguiar, solicitando a transcrição nos Anais do Senado do discurso proferido pelo Sr. Presidente da República na reunião ministerial realizada em 1º do mês em curso.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Jefferson de Aguiar.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR:

(*Não foi revisto pelo orador*) — Senhor Presidente, o Requerimento nº 9, de 1960, de minha autoria, versa sobre a transcrição nos nossos Anais do discurso proferido pelo Senhor Presidente da República na reunião ministerial em que teve ensêjo de apresentar à consideração do País a admirável obra administrativa que vem prestando nestes últimos quatro anos, cumprindo integralmente, e até ultrapassando, os compromissos que assumiu perante o povo brasileiro na memorável campanha política que deflagrou no Brasil e teve como consequência sua eleição à suprema magistratura da Nação.

Vários debates foram suscitados em torno do meu requerimento. Senadores ilustres restringiram a ação governamental, mas enalteceram, em diversos passos de seus discursos, a obra monumental do atual Presidente da República, e profligaram, respectivamente a política econômica do Sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira; deram, no entanto realce e ênfase especial àquelas críticas habituais, como numa restrição organizada e numa infirmativa decorrente do hábito de se opor à obra do atual Presidente da República, proclamando-se, em várias oportunidades, que teria sido o homem esquecido na obra admirável atual Chefe de Governo.

Os ilustres Colegas da área oposicionista que me antecederam, utilizaram-se da dialética admirável que a inteligência lhes assegurou, ultrapassando as lindas naturais da crítica construtiva, para atingir em cheio aquelas restrições que não encontram apoio na realidade; ao revés, esborroa-se pela obra que aí está aos olhos de todos os brasileiros.

Afirmou-se que o homem do campo fora esquecido; que os jovens não estavam merecendo a atenção que deveriam merecer por parte do Governo; a educação e a saúde estariam em plano inferior; como obras monumentais e até faraônicas estavam sendo adotadas pelo Sr. Presidente da República.

Mesmo nessa crítica unilateral e obliterada — *data venia* — contém-se um elogio ao atual Governo. Pela adjetivação que se empregou nas restrições adotadas neste Plenário, classificando-se de faraônica, grandiosa, monumental e estarrecedora a ação do Sr. Juscelino Kubitschek, exibiu-se a manifestação altaneira de um subconsciente que quer fazer justiça ao Sr. Presidente da República.

Outra faceta da crítica contundente formulada pelos ilustres Colegas, preclaros Senadores da Oposição, contém-se nas emissões reiteradas — afirmam S. Exas. — adotadas pelo Presidente da República, para enfrentar uma demanda nunca vista no Brasil, em face da industrialização do País, pela ação benemerita do Chefe da Nação nos setores privados e públicos. Se a cédula fiduciária representa direito de haver e corresponde — e deve corresponder — às mercadorias e serviços disponíveis no mercado interno, evidentemente, a crítica teria valia e categoria, se tivéssemos economia estancada e estática, sem essa demanda extraordinária de serviços e de mercadorias novas, que abudam no mercado interno e exigem mercado capaz de absorver tudo quanto se faz e se torna disponível e que se coloca à disposição do povo brasileiro.

Sr. Presidente, só a indústria automobilística está faturando cerca de cem milhões de cruzeiros, exigindo, portanto, disponibilidades financeiras e pecuniárias não só através dos bancos de crédito, como também pelo fomento que o Governo está adotando, para que a economia se desenvolva em todos os setores e latitudes, atendendo a essa ânsia indomável do povo brasileiro de desenvolvimento e emancipação econômica, primaciais para a emancipação política, e da liberdade perante as nações do mundo. Perdemos aquelas características que nos dominavam no pretérito, de humildade, de timidez e de incapacidade para as grandes ações. Éramos exportadores de matérias primas e no mercado interno a mão de obra não poderia ser absorvida, porque não havia campo para enquadramento dos homens disponíveis no mercado do trabalho.

Hoje, milhares de homens já se aplicam na indústria nacional, cujos produtos são consumidos pelos brasileiros com maiores possibilidades de aquisição, através da ação governamental e privada, que pôde transformar completamente o *facies* econômico da Nação, ação (toda ela, num sentido altaneiro, em busca de algo superior. Por via desse novo *facies* econômico, teremos também a liberdade política por que ansiavam todos os brasileiros. Até mesmo a mentalidade nacional. Até mesmo, pela industrialização, o proletariado ascende a novos ajustamentos sociais e assume as responsabilidades políticas da Nação, capacitado para escolher os seus mandatários, e ainda com probabilidade de conquistar o conforto, antigamente só deferido e outorgado à pequena elite que dominava o Brasil.

Sr. Presidente, hoje, em lugar de dezenas, milhares de pessoas conquistaram direito ao conforto e têm capacidade para atingir páramos antes jamais pensados.

Somos um povo livre, um povo politizado, que não mais admite ditaduras; somos um povo com as características de liberdade e desenvolvimento do poder de barganha perante as Nações do mundo civilizado, integrado e inserido na realidade internacional, onde tam-

bém somos líderes. Jamais nos colocaremos naquela postura de subserviência, timidez e humildade, porque conquistamos, com nosso esforço, uma altitude que antes tínhamos alcançado.

Sr. Presidente, fala-se muito em inflação; Admite-se que o excesso de meios de pagamento no mercado teria transtornado o custo de vida, exagerando o desenvolvimento de um grupo em detrimento da maioria do povo brasileiro. Os que assim se manifestam, defendem teoria obsoleta, incompatível com a realidade nacional; talvez ainda estejam consagrados às teorias dos fisiocratas e aqueles outros como Jean Baptiste Say, que trocaram sua contextura e sua procedência por uma realidade que ultrapassou todos os limites de análise, para atingir uma realidade de transformação, de conquista e de caracterizações diversas, assumindo, no mundo, uma posição admirável de desenvolvimento jamais igualado pelas outras nações.

Sr. Presidente, esquecem-se os defensores das idéias dominantes anos passados, na Economia e nas Finanças, de que a Economia não é como a lógica ou a estática, que tem em si mesmas suas finalidades e sua consagração teórica. A economia, como ciência das Finanças, busca na realidade aquilo que se transforma e evolui, para atingir novos corpos e novas caracterizações, e as leis elaboradas pela apreciação e pela análise, perdem a sua procedência para atingir a novos níveis culturais e a novas enunciações e postulados científicos, de acôrdo com os fatores mesológicos, de acôrdo com as transformações, as reações sociais e humanas em determinada época, porque tudo evolui, tudo se transforma e nada permanece estático na realidade humana e social.

A inflação, portanto, poderia ser caracterizada no Brasil se tivéssemos, como disse, uma economia estática e não uma economia que aumenta extraordinariamente pela ação governamental, como a transformação do país agrícola em país industrial. Os meios de pagamento à disposição do povo brasileiro reverterem imediatamente ao Erário numa velocidade extraordinária que não pode caracterizar a apreciação ou a aplicação dos princípios do «Keynesionismo» e muito menos transforma em autêntica ou aplicável a invocação das equações de Fischer, de Marshall ou de Cambridge. A massa de dinheiro disponível, as mercadorias e os serviços postos à disposição do povo brasileiro aumentaram extraordinariamente, e os preços refletem não uma consequência, propriamente, da inflação, mas a decorrência do preço que todas as nações pagam pela transformação do «facies» econômico, como hoje se observa na Nação brasileira.

O Sr. Sérgio Marinho — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Com prazer.

O Sr. Sérgio Marinho — Acaba V. Exa. de fazer afirmação verdadeiramente incontestável. O panorama econômico-financeiro do País reflete, no seu conjunto, em minúcias, a soma enorme de sacrifícios exigidos à população brasileira para a transformação que se está operando. Na realidade, a inflação, cuja pressão é inegável e Vossa Excelência mesmo pode sentir na sua economia privada e nem mais nem menos, segundo os autores — e quantos se debruçam sobre obras de finanças estão cansados de repetir — uma injus-

ta, uma iniqua tributação indireta. Como V. Exa. afirma, a transformação reflete o pesado ônus que se está exigindo da população brasileira. É verdade limpa e inofismável. Uma vez que o nobre colega me concedeu a graça deste aparte, não me furto à tentação de indagar de V. Exa. se acredita, realmente, seja esse o remédio eficaz indicado para conduzir um País sub-desenvolvido ao seu pleno desenvolvimento, isto é, se o remédio certo para essa mudança é a inflação, é a emissão contínua e ininterrupta de dinheiro. Se V. Exa. me responder afirmativamente — e, de certo modo, antevio que a resposta do nobre Colega será nesse sentido — indago, novamente por não patentearmos esse remédio e o ensinamos a todos os povos sub-desenvolvidos, para que, graças a ele, alcancem, num passe de mágica, o desenvolvimento, aspiração máxima de toda gente.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR

— Nobre Senador Sérgio Marinho, V. Exa. observou que a argumentação que estou expendendo neste plenário não corresponde às conclusões adotadas por V. Exa. Ao contrário do que concluiu o eminente representante do Rio Grande do Norte e meu caro amigo, estou afirmando a relatividade daquilo que se consagrou, no Brasil, como resultante inflacionária, porquanto, acentei que a inflação poderia ser acolhida e reconhecida, se tivéssemos uma economia estática de bens, mercadorias e serviços, sem qualquer majoração dos seus níveis e, na mesma oportunidade, simultaneamente, uma emissão descontrolada de papel moeda que viria, no mercado interno, a promover maior procura das mercadorias disponíveis.

O Sr. Mem de Sá — Permite Vossa Excelência um aparte rigorosamente regimental?

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR

— Pois não.

O Sr. Mem de Sá — Qual a razão do crescimento do produto bruto brasileiro?

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR

— O Nobre Senador Mem de Sá, afirmam os economistas que o crescimento normal das disponibilidades das mercadorias e dos serviços em uma economia estável devem ser de 3, 5 ou 7%.

O Sr. Mem de Sá — Pergunto a V. Exa. somente quanto ao Brasil.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR

— O aumento da produtividade nacional no momento, isto é, do que se está construindo e colocando à disposição do mercado interno, é de cerca de 28%.

O Sr. Mem de Sá — Quanto ao produto brasileiro, não; V. Exa. está equivocado. Não atinge seu crescimento 28%.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR

— Entre 3 a 5%.

O Sr. Mem de Sá — Muito bem. E o crescimento do papel emitido dos meios de pagamento?

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR

— Nobre colega, essa é a relação entre o produto nacional e o papel-moeda, posto à disposição do público.

O Sr. Mem de Sá — Perdôe-me, mas V. Exa. não quer responder ao meu argumento.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR

— Estou respondendo.

O Sr. Mem de Sá — O crescimento médio tem sido inferior a 5%, quando

era superior. Tem diminuído o produto nacional no governo do Sr. Juscelino Kubitschek:

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Engano de V. Exa.

O Sr. Mem de Sá — É o que provam as estatísticas. Leia o nobre Líder, na *Conjuntura Econômica*, o Balanço de Contas.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Na industrialização V. Exa., tem que somar os produtos agrícolas e os pecuários, os de todas as atividades do campo.

O Sr. Mem de Sá — Referi-me ao produto bruto; envolve tudo.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Inclui, também, a indústria. Estabelece V. Exa. relação entre o produto nacional e a produção nacional e verá que é de 3, 5 e 7%.

O Sr. Mem de Sá — Não jogue com palavras.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — V. Exa. é árdego.

O Sr. Mem de Sá — V. Exa. está querendo fugir ao assunto. Perguntei claramente. O produto nacional bruto envolve tudo.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Estou afirmando a V. Exa. que, em regra, o produto nacional sobe de 3, 5 e 7%.

O Sr. Mem de Sá — Perguntei no Brasil.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Com relação ao produto nacional global, em face dos investimentos, obras e realizações do Governo, a relação, no Brasil, passou a ser de 28%.

O Sr. Mem de Sá — Isso é outra coisa, é investimento. Estou perguntando pelo produto nacional bruto, que envolve tudo, e V. Exa. vem falar em investimento. O investimento, do Estado é que sobe a 28%.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Estou falando na ação governamental. Ação governamental é governo, e Governo é União.

O Sr. Mem de Sá — Estou perguntando outra coisa. As perguntas são duas, e eu mesmo vou responder porque V. Exa. não quer.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Não quero é responder de acordo com o convencimento oposicionista de V. Exa.

O Sr. Mem de Sá — Responderei com números.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Estou respondendo com cifras.

O Sr. Mem de Sá — Cito apenas a *Revista de Fundação Getúlio Vargas*, a *Conjuntura Econômica* e a *Revista Brasileira de Economia*. Não têm nada de oposição. O produto nacional bruto tem crescido à base de 5%. Tem sido menor do que era, e os meios de pagamento têm subido.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Economistas de categoria do Sr. Eugênio Gudin acham que a soma, num ano, deve ser de 3%.

O Sr. Mem de Sá — So respondo que os meios de pagamento têm subido mais de 20%.

Isso é inflação. Eis por que o preço da alimentação subiu 50% no ano passado e o custo de vida 70%. Só is-

so. Tudo mais é economia estática, economia dinâmica — palavras. A realidade é essa.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Eu diria da mesma maneira: tudo que V. Exa. diz é palavra, nada mais.

O Sr. Mem de Sá — O produto nacional bruto subiu 3% e os meios de pagamento 25%; resultado: infração.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Nobre Senador, cédula fiduciária representa direito de haver, capacidade de aquisição de mercadoria e serviços. Se aumentam as mercadorias disponíveis, os serviços postos à disposição do público...

O Sr. Mem de Sá — Só 3%.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Não são 3%; V. Exa. está equivocado.

O Sr. Mem de Sá — É o que dizem as estatísticas.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — V. Exa. tem de considerar os investimentos, de obras, quanto à industrialização.

O Sr. Mem de Sá — É outro caso.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — V. Exa. não pode prescindir da demanda exigida para a industrialização numa economia nova.

O Sr. Mem de Sá — V. Exa. está confundindo alhos com bugalhos.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — V. Exa. é que está transformando alhos em bugalhos.

O Sr. Mem de Sá — Porque não há meio de V. Exa. distingui-los. O produto nacional bruto tem destino, que se divide em consumo e investimento.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Certo.

O Sr. Mem de Sá — O que nada tem que ver com a inflação.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Estou argumentando no sentido da demonstração cabal de que, na correspondência entre os meios de pagamento e as mercadorias e serviços disponíveis, não há propriamente os males argüídos pela Oposição, com relação às obras governamentais.

O Sr. Mem de Sá — Ai está o resultado: O aumento do custo de vida em 50%.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — V. Exa., argumentando com os ensinamentos da economia tradicional, reconhece, com vários financistas, que obras do Governo fomentam o consumo e a produção, sendo inclusive favoráveis ao desenvolvimento interno da Nação, como não poderia deixar de ser. Cito, inclusive, a lição de Hugh Dalton, Professor da Universidade de Cambridge e, posteriormente, Lord Chanceler da Inglaterra.

O Sr. Mem de Sá — Nenhum economista defende essa tese.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — O que se esquece, no Brasil, e desejam muitos afirmar perante a Nação, é que temos uma economia capaz de ser apreciada à luz de ensinamentos não só pretéritos como, também, relacionadas com outros países que têm fatores de produção e peculiaridades que não se ajustam ao problema nacional.

O Sr. Mem de Sá — Quer V. Exa. uma economia política especial para o Brasil. Só assim!

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — É a verdade inofismável:

O Sr. Mem de Sá — Economia especial para o Presidente Juscelino Kubitschek!

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Pode-se ver, pelo sarcasmo de V. Exa., a impossibilidade de demonstrar a improcedência da argumentação que estou apresentando perante o Senado Federal.

O Sr. Mem de Sá — V. Exa. não apresentou nenhuma argumentação.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — V. Exa. não falou. De modo que não há argumentação.

O Sr. Sérgio Marinho — Permite V. Exa. um outro aparte?

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Pois não.

O Sr. Sérgio Marinho — Perguntaria se os investimentos públicos são feitos ou não com recursos inflacionários?

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Os investimentos públicos podem ser feitos com empréstimos internos, com disponibilidades do Governo ou com a emissão de papel moeda. Pergunto eu: seria preferível que o Sr. Presidente da República fizesse empréstimo externo, como sucedeu há pouco tempo, para comprometer a independência do Brasil, ou solicitasse empréstimo do próprio povo, através da emissão do papel moeda, que é reinvestido e volta numa velocidade extraordinária, ao Erário; através de empréstimos e de recuperações previstas na economia e nas finanças?

O Sr. Sérgio Marinho — V. Exa. respondeu à minha pergunta com outra indagação. Apenas multiplicou-a *n* vezes.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Acolha V. Exa. a equação e se satisfaça com a resposta.

O Sr. Sérgio Marinho — O financiamento das obras e empreendimentos públicos é feito com recursos inflacionários?

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Pode ser feito.

O Sr. Sérgio Marinho — Afirma V. Exa. que são feitos indiretamente, porque o Governo não quis recorrer a empréstimos externos. Muito bem; mas V. Exa. sabe que a capacidade emissora tem limites e a margem de segurança. Ultrapassar essa margem é perigoso.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Pergunto: V. Exa. tem um milhão de cruzeiros; constrói um edifício; fez despesas ou criou riquezas?

O Sr. Sérgio Marinho — V. Exa. não deixou que terminasse minha pergunta!

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Estou perguntando a V. Exa., respondendo à sua inquirição. Despesa, investimento, realização de obras não é propriamente despesa, mas, produção de riqueza, aumento de patrimônio, que demonstra administração profícua, incapaz de ser vulnerada por qualquer sofista ou homem que possa elaborar os silogismos mais perfeitos?

O Sr. Sérgio Marinho — Estou tendo dificuldades em reconhecer V. Excelência hoje. Espírito tão claro, limpo, tão cartesiano; no entanto, lança mão de recursos puramente verbais...

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — V. Exa. é quem lança mão desses recursos.

O Sr. Sérgio Marinho — ... para responder à minha pergunta. V. Excelência, que raciocina tão bem, com tanta clareza!

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Quer o nobre colega voltar a Descartes — *Cogito, ergo sum*. Respondo à sua pergunta através da solicitação que me formulou. Dei a resposta. Agora, parece-me também incompatível com o discurso que estou fazendo, ser intercalado com pedidos de análises de ordem econômico-financeira, quando expondo opinião pessoal e governamental, firmada em todo o curso da administração pública.

Por conseguinte, se os ilustres oposicionistas não se conformam com a orientação governamental, devem ficar com a sua economia de Jean Baptiste Say ou de quaisquer outros, para que possam defender ou sufragar os princípios que dominaram no tempo dos fisiocratas, dos *laissez faire*, mas que hoje não têm qualquer entrosamento com a realidade nacional.

O Sr. Pedro Ludovico — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Pois não.

O Sr. Pedro Ludovico — Penso que, resumindo todas discussões, chega-se à seguinte conclusão: alguns economistas afirmam que as inflações são permitidas, desde que se destinem a obras de caráter reprodutivo, justamente as que realiza o Sr. Presidente da República.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Porque, com a criação de riquezas, aumenta-se o patrimônio.

O Sr. Pedro Ludovico — Claro! O caráter reprodutivo não se faz sentir imediatamente, mas, dentro de dois, três ou quatro anos, aparecerá Brasília. Obra de caráter reprodutivo, que fará progredir uma vasta área do Brasil Central, onde se situam os maiores Estados da Federação, como Goiás, Mato Grosso, Pará e parte do Amazonas. As Metas do Sr. Presidente da República são igualmente de natureza reprodutiva, como todos os Senhores Senadores o conhecem, pois se relacionam com a construção de estradas de ferro, estradas de rodagem e sua pavimentação, construção de usinas hidrelétricas, como Furnas e Três Marias, construção de navios, aparelhamento industrial...

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Todos fatores de produção.

O Sr. Pedro Ludovico — ... desenvolvimento da produção de petróleo, consequentemente obras reprodutivas. Julgo, portanto, justificáveis todos esses gastos que o Sr. Presidente Juscelino Kubitschek está fazendo e que se afigurem excessivos na opinião de muitos.

O Sr. Mem de Sá — Permite Vossa Excelência um aparte final?

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Pediria a V. Exa. que fosse pequeno porque devo concluir minhas considerações e dar resposta a inúmeros oradores.

O Sr. Mem de Sá — É a mesma situação em que já me encontrei. Quer apenas lembrar que V. Exa. é o

Senador Pedro Ludovico estão conflitando violentamente com o Sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira que, em 1958, preocupado com a situação monetária, preparou um plano de estabilização, rigoroso, sério, mas que não foi cumprido. Hoje, novamente declarou que este ano será dedicado inteiramente à valorização da moeda, o que demonstra não estar S. Exa. de acordo com Vossas Excelências.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Essa opinião, repetindo aparte ontem proferido pelo prezado colega, é uma pequena intriga suburbana. Quero, porém, prestar aqui uma homenagem ao meu dileto amigo Senador Mem de Sá...

O Sr. Mem de Sá — Repito que não darei mais apartes.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — ... lembrando a S. Exa. certa passagem de um espanhol que foi deportado para uma ilha do Atlântico e ali chegando, ao desembarcar, perguntou: — «Hay gobierno en esta tierra?» Não aguardou resposta, e disse: — «Soy contra».

O Sr. Mem de Sá — E a maioria pergunta: — «Hay gobierno? Estoy a favor».

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — O Senador Mem de Sá entretanto, caracterizando melhor a sua posição de opositor vibrante, ardido, há poucos dias entusiasmado com a candidatura do Sr. Jânio Quadros dizia com toda ênfase: — «Vai vencer». Lembrei-me, então, repetidamente, de perguntar-lhe: — «Vai ficar com o Governo». Respondeu-me: — «Não, passo para a Oposição».

O Sr. Mem de Sá — Realmente, vou passar, porque V. Exa. não passará.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — E o Senador Mem de Sá perdeu completamente o entusiasmo com a candidatura do Sr. Jânio Quadros.

O Sr. Mem de Sá — Não! Continuo com o mesmo entusiasmo. A questão é que todo Governo deve ter Oposição e como V. Exas. não passarão para a Oposição, eu o farei.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Se o Sr. Jânio Quadros se eleger Presidente da República, o P.S.D. terá sido eleito para a Oposição, e fará oposição construtiva ao Sr. Jânio Quadros, demonstrando que tem capacidade para se opor ao Sr. Presidente da República.

O Sr. Fernando Corrêa — Não foi assim que procedeu o PSD quando da eleição do petebista Getúlio Vargas.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Foi assim no Espírito Santo. Nós perdemos a eleição para governador do Estado com Eurico de Aguiar Sales. Não obstante atraídos para acordos com o Governo, fizemos oposição ao Senhor Francisco Lacerda de Aguiar, durante quatro anos; e me elegi na oposição, sem qualquer apoio de outro partido político. O Sr. Carlos Lindenberg é hoje governador do Espírito Santo apoiado pelas forças oposicionistas apenas do Partido Social Democrático e do Partido Social Progressista. Por conseguinte, se fôrmos eleitos para a Oposição, exerceremos denodadamente essa missão que nos seja deferida e outorgada pelo povo brasileiro.

O Sr. Padre Calazans — Em São Paulo não foi assim. Acabaram até sendo Secretários de Estado, com o Governador Jânio Quadros.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — No Espírito Santo foi assim. Talvez o apóstolo não tenha sido tão bom quanto a divindade.

O Sr. Gaspar Velloso — Nós, no Paraná, também lutamos na Oposição.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — No Paraná, afirma o Senador Gaspar Velloso, assim tem sido como em várias Unidades da federação, e será assim caso o Sr. Jânio Quadros se eleja Presidente da República — não tenha dúvida o eminente Senador por São Paulo.

O Sr. Padre Calazans — Essa afirmação é muito satisfatória.

O Sr. Atílio Vivacqua — Permita-me o nobre orador um aparte. (Assentimento do orador) — No Espírito Santo o P. S. D., no Governo Lacerda Aguiar, não teve um tratamento de partido de Oposição, como V. Excelência bem sabe. E por fim celebrou um acordo com o ex-Governador, de que resultou a sua desistência à senatoria. O P. S. D. teve por parte do Governo Estadual, no prélio eleitoral, as maiores garantias dentro de um entendimento, que se pode dizer, cordial.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Mantenho, no Senado Federal como na Câmara dos Deputados, o melhor entendimento com os Colegas, porque faço política para servir ao meu Estado e ao País. Não uso antolhos nem sou incapaz de entender-me com meus semelhantes; mas, no Espírito Santo, o acordo estabelecido com os Srs. Carlos Lindenberg e Eurico de Aguiar Sales foi que o Sr. Francisco Lacerda de Aguiar não renunciaria ao Governo do Estado e presidiria, como magistrado, às eleições.

Cultivo junto ao Sr. Francisco Lacerda de Aguiar, a V. Exa. e todos os líderes políticos do Espírito Santo as mais cordiais e fraternais relações. Não sou homem de ódios e de parcialidade. Meu intuito, repito, é servir ao meu Estado e ao País.

O Senhor Presidente da República encontrou a economia brasileira baseada, na monocultura do café. Deveria assistir à manutenção dos preços do produto, para não transtornar a economia interna do País. Cerca de vinte bilhões de cruzeiros foram gastos, nos termos da lei aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada por governo anterior, para manter a cotação. Aos flagelados pelas enchentes e pelas secas, o Governo Federal deu assistência superior a doze bilhões de cruzeiros. E Brasília, que tanto se argui como fator inflacionário, nada mais é do que um décimo das construções em todo o País. Cidade que será o marco o símbolo da nossa grandeza e do espírito de desenvolvimento e progresso do povo brasileiro, está sendo construída com esforço e urgência, porque ninguém conceberia fosse erigida sem presteza; do contrário, fôssem levantados paulatinamente os edifícios públicos e destinados a moradia dos funcionários, a consequência seria que, dentro de vinte anos, tudo estaria em ruínas, por falta de conservação.

Cabe invocar, neste passo, o que ocorreu com Washington. Quando Charles Pierre L'Enfant organizou o plano de urbanização daquela cidade, com avenidas de oitenta metros, foi cognominado de louco e muitos afirmavam que Washington e todos aqueles grandes grandes homens da nação americana eram mais loucos que Charles Pierre L'Enfant. Foi ele, inclusive, alvo da crítica

do espírito brilhante de Charles Dickens, que não compreendia aquela cidade construída sobre os pântanos do Rio Potomac; avenidas que começavam no nada e terminavam em coisa alguma; prédios monumentais, que não tinham a quem abrigar; edifícios públicos grandiosos para a ninguém servir, porque não havia população em Washington.

O Sr. Mem de Sá — Sabe Vossa Excelência que a diferença é profunda: Washington foi construída dentro do ecumeno americano e em vista de razões profundas. A União não tinha sede e, mesmo assim, não tendo sede, estando emprestada são conhecidos muitos episódios como o de Filadélfia, por exemplo: e não se construiu Washington no centro do País ou no far-west, mas dentro do ecumeno norte-americano.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Numa região considerada desfavorável à União Nacional, em decorrência de afrontas cometidas por soldados que invadiram o Congresso americano, ...

O Sr. Mem de Sá — Quer dizer, que a União não tinha sede.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — ... levando aqueles que dominavam o Poder, na ocasião, a construir Washington, no Distrito de Columbia, ...

O Sr. Mem de Sá — Exato.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — ... numa região inadequada, porque sobre pântanos, à margem do Rio Potomac, para atender, inclusive a divergências entre Thomas Jefferson e Hamilton, dois estadistas que se compuseram para estabelecer medidas legislativas que atendessem ...

O Sr. Mem de Sá — Nada de dissertações históricas. A cidade foi construída dentro do ecumeno, e não no far-west.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Nobre Senador Mem de Sá, sabe V. Exa. que não poderíamos construir a nova capital no litoral. A idéia de interiorizá-la surgiu em 1813 ...

O Sr. Sergio Marinho — Quando o mundo era completamente diferente.

O Sr. Mem de Sá — O motivo foi a segurança nacional.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — ... adotada na Constituição de 1891, reiterada na Carta de 1934 e afinal esposada e sufragada pela Constituição de 1946. E o Congresso Nacional? Elaborou lei, adotada pela quase unanimidade das duas Casas do Congresso, estabelecendo a mudança em prazo certo, fatal, explicitamente indicado. O que houve, nobre Senador Mem de Sá, é que muitos líderes políticos nacionais não se preocupavam talvez com os fatos: não acreditavam nas realizações, não criam que se pudesse realizar uma obra como Brasília. Então, aprovaram a lei, julgando que seria mais um papel lançado aos arquivos do Congresso Nacional.

O Sr. Mem de Sá — V. Exa. tem razão. É a verdade.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Ninguém discutiu a matéria. Todos deram ao Governo um bill de indenidade incapaz de ser hoje criticado.

O Sr. Mem de Sá — É a verdade.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Hoje ladeiam a situação, contornam a contingência, culpam o Governo e o responsabilizam pela transferência da Capital ...

O Sr. Mem de Sá — A culpa é do Congresso.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — ... quando todos os Constituintes determinaram a transferência para o Planalto Central.

O Sr. Mem de Sá — Consubstanciaram a idéia na Constituição de 1891, objetivando a segurança nacional.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — É preciso se veja, também, que essa transferência é benéfica para o Brasil. Eu, que frequentei a Escola Superior de Guerra e percorri todo o Norte e Oeste do Brasil, vi como estão abandonadas as nossas fronteiras, permitindo a invasão de elementos estrangeiros que afugentam nossos agricultores. Brasília é a ocupação dos espaços vazios; Belém-Brasília é a ligação admirável de todo o interior — das regiões de seca, das regiões desérticas do Nordeste.

O Sr. Mem de Sá — Disertica! É uma das zonas mais povoadas do Brasil.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Desérticas, no sentido do Deserto de Saara ...

O Sr. Mem de Sá — Deserto é Brasília.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — ... sem chuvas, impossibilitada de atividades humanas na agricultura e na criação de gado. Volta V. Exa., Senador Mem de Sá, novamente ao sarcasmo e à ironia.

O Sr. Mem de Sá — Peço perdão a V. Exa., mas tenho que me retirar. A Comissão de Finanças está reunida e devo comparecer.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Pois não. V. Exa. nas Comissões é um grande e benemérito legislador; no Plenário, é sempre um oposicionista contundente, árdego e façanhudo.

O Sr. Ruy Carneiro — Impenitente.

O Sr. Mem de Sá — Impenitente, mas com coragem de achar que o Governo no Brasil, não tem razão. Sei bem que é uma temeridade.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Intempestivo. Afrontar a construção de Brasília como argumentação, hoje, é atentar contra a Constituição e a lei.

O Sr. Mem de Sá — Afrontar a genialidade do Presidente Juscelino, isso sim, é um ato de loucura.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — V. Exa. sempre reclama.

O Sr. Pedro Ludovico — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Com prazer.

O Sr. Pedro Ludovico — O nobre Senador Mem de Sá está menosprezando a região centro-oeste do país, chamando-a de "far-west"; mal sabe Sua Excelência que essa região é das mais ricas do Brasil, e levar sua capital para lá é nacionalizar nosso país.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — V. Exa. tem toda a razão. Além disso, podemos ver que as civilizações evoluem como que em círculos concêntricos em torno das grandes cidades.

Brasília, através dessa gigantesca onda de progresso e civilização que representa, transformará todo o deserto florestal do Oeste numa grande região propícia às mais variadas culturas e atividades do homem.

Precisamos ocupar esse espaço vazio antes que constitua cobaia do estrangeiro e antes que nosso povo se estrole em atividades improficuas, visto como são zonas desérticas e incapazes de permitir a atividade humana e social.

Loucura, isso sim, é permanecermos permanentemente apegados a uma idéia que não pode ser produtiva para a Nação, onde definha nosso homem, levando-o ao desespero e a morte, numa vocação suicida que muitas vezes caracteriza o homem público nacional, incapaz de liderar, de afrontar circunstâncias e contingências porque não quer assumir a responsabilidade dos seus atos.

O Sr. Ruy Carneiro — Permite Vossa Excelência um aparte?

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Com prazer.

O Sr. Ruy Carneiro — A propósito do aparte do nobre Senador Mem de Sá, contraparteado pelo nobre Senador Pedro Ludovico, recordo o que nos contou o eminente e saudoso Ministro Oswaldo Aranha, numa roda de amigos, pouco antes de morrer, sobre a razão de o constituinte de 91 haver escolhido o Planalto Goiano para ali ser localizada a futura Capital da República. Disse-nos o saudoso Ministro Oswaldo Aranha, aquele causer admirável que sabia ser, que naquela oportunidade foram escolhidos três senadores de Goiás — Leopoldo Bulhões, Guimarães Neto e um terceiro cujo nome não recordava — para fazerem um estudo do Planalto Goiano. Ao regressarem, apresentaram um relatório de tal ordem sobre a região, que os constituintes se convenceram de que, no Planalto de Goiás, deveria ser edificada a Capital da República.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Agradeço o aparte esclarecedor de V. Exa.

O Sr. Ruy Carneiro — Quis trazer o testemunho do grande brasileiro desaparecido por se tratar de autoridade que falava desapaixonadamente e com entusiasmo a respeito de Brasília.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Devo aditar ao aparte brilhante do nobre Senador Ruy Carneiro a palavra de Gastão Cruls que, em 1922, esteve no Planalto Central e no local em que hoje se ergue a cidade de Planaltina, fixou o ponto mais indicado para a futura Capital do País.

As Constituições, posteriormente, mantiveram a destinação da admirável região brasileira; por conseguinte, qualquer debate em torno da construção é extemporâneo e improcedente, consagrada que foi por mais de uma centena de reiteradas e inequívocas manifestações de constituintes e legisladores, bem como pela opinião pública nacional.

Brasília representa, além de tudo, a consagração dessa mentalidade que surge, no Brasil, de liberdade, de alta-neria, de orgulho nacional.

O Sr. Ruy Carneiro — Muito bem!
O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Não podemos compactuar com a filosofia dos que investem contra as realizações do Governo, impingindo-lhes a mácula do negócio e da imoralidade. Sou dos que entendem que qualquer escândalo deve ser reparado, qualquer negócio contido, violentamente, e quando se conhece uma desonestidade, em vez de debateração, da ignominia, geralmente ineficientes, devemos apre-

sentar indicação ao Poder Judiciário, a representação que a Constituição e o Código do Processo Penal outorgam a todo brasileiro, assumindo a responsabilidade de imputar a determinado cidadão a prevaricação ou qualquer deslize funcional.

Argüir a existência de escândalo e de negócios e, ao mesmo tempo, solicitar a constituição de comissões de inquérito, é o mesmo que proclamar a insciência, o desconhecimento do fato, porque se procura pesquisar e encontrar aquilo que se julga, por presunção ou mera maldade, tenha existido nos cometimentos governamentais.

É lamentável que isto ocorra, Senhor Presidente, porque a calúnia, a difamação e a injúria assacadas, de maneira ampla e ilimitada, contra o Poder constituído, volta, como onda eletrônica, ao ponto de origem.

É por isso que em toda parte, muitos afirmam que é pejorativo declarar-se um cidadão Deputado, Vereador, Senador, Ministro ou dirigente de qualquer célula ou partícula do Brasil. Muitos imploram, até, que não se lhes dê oportunidade de exercerem o mandato eletivo, tal a força dessas ondas difamatórias e injúrias que atingem a todos os homens, sem possibilidade de defesa, porque são argüidos fatos esgarçados, diluídos e incapazes de serem demonstrados positivamente à opinião pública.

Todos acham então, que nós somos desonestos, inautênticos e ilegítimos na desincumbência de nossos deveres constitucionais, patrocinando apenas negociações ou favores de ordem pessoal.

Deve ser implantada no Brasil uma nova mentalidade de homens públicos capazes de liderar, de líderes carismáticos, que permitam a positividade da anamnese na evolução sociológica da nossa sociedade.

Essas articulações sem fundamento, essas imputações sem qualquer positividade matam, estofam nosso organismo institucional e trazem, para todos nós, um esgarçamento de autoridade e uma diluição perante a opinião pública.

O Sr. Ruy Carneiro — Pode Vossa Excelência acrescentar: inclusive para o Regime.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — O próprio regime — diz bem Vossa Exa. — perde o conteúdo, e todos, então, passam a participar dos fatores psico-sociais deflagrados no sentido negativo, fundamentando-se, a todo passo, a instalação de uma ditadura no Brasil, que o Governo repele e as Forças Armadas jamais sufragarão, porque elas, como o Governo, estão, hoje, integradas institucionalmente no regime democrático.

O Sr. Ruy Carneiro — Apoiado.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Sr. Presidente, as obras do Governo ultrapassaram todas as metas apresentadas pelo Presidente Juscelino Kubitschek à opinião pública, em memorável campanha. O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, o Departamento Nacional de Obras e Saneamento, a Rede Ferroviária Federal, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — para citar alguns órgãos governamentais — excederam-se em atividade e levaram obras e irrigação financeira a todos os rincões do Brasil, atraindo para o Governo a atenção de todos os brasileiros, de Norte a Sul e de Leste a Oeste. Todos os Estados conseguiram estradas asfaltadas, pontes inumeráveis, custeadas pela

União, escolas inúmeras, hospitais às dezenas estão atendendo à saúde, à instrução e à educação do povo brasileiro, que hoje, com outra metalidade, reage patrioticamente a peçonha dos que não querem ver a realidade exposta a toda a população.

O Sr. Ruy Carneiro — Inclusive o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Citei, inicialmente, o D.N.O.C.S., com a construção de dezenas de açudes paralisados há longos anos, como a de Orós, no Ceará, com a irrigação e nas obras de saneamento, que vêm permitindo a agricultura em várias regiões insólitadas e consideradas incompatíveis com essa atividade.

O Sr. Lima Teixeira — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Com muito prazer.

O Sr. Lima Teixeira — Ainda ontem um amigo meu, que fazia restrições ao Governo, depois de ouvir a explanação do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira falou-me em tom de quem mudara de opinião.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Essa a opinião generalizada, nesta cidade.

O Sr. Lima Teixeira — Declarou-me que ficara impressionado com a exposição feita por S. Exa.

O Sr. Ruy Carneiro — Exposição que durou duas horas e quarenta e cinco minutos.

O Sr. Lima Teixeira — Comentou ainda a segurança é objetividade com que o Presidente encarou os problemas nacionais e, sobretudo, os dados oferecidos, que não podem ser contestados, por corresponderem à realidade.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Não são contestados.

O Sr. Lima Teixeira — Disse-me também que jamais pensara pudesse um Chefe de Estado estar tão assenhorado dos problemas nacionais, a ponto de dispensar assessores na brilhante exposição que fez, pela televisão, para todo o povo carioca.

O Sr. Ruy Carneiro — De improviso.

O Sr. Lima Teixeira — Exato. Deu demonstração evidente de que, no período de quatro anos, realizou o que muitos talvez não fizessem em cinquenta.

Essa a opinião do homem da rua, das classes humildes, dos operários, dos quais ouvi pronunciamentos idênticos.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Dos Motoristas, dos operários em geral, que o nobre colega representa, com tanto brilho, nesta Casa.

Não é somente no campo da construção e dos investimentos que o Sr. Presidente da República merece louvor. Também no campo das franquias constitucionais, a liberdade humana está assegurada, plenamente, pelo Chefe da Nação. Em todos os recantos do País os brasileiros manifestam suas opiniões livremente; e a justiça se faz ao funcionalismo público, a quantos servem diretamente ao Governo, os quais, quer em oposição, quer em colaboração com o Executivo, pronunciam-se sem constrangimento, exibindo característica admirável de regime democrático insuperável. Todos os oposicionistas proclamam essa verdade, reconhecendo no Senhor Presidente da República qualidades individuais capazes de lhe assegurar, in-

contestavelmente, a categoria de guardião da democracia, no País.

O Sr. Ruy Carneiro — Muito bem.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Na rádio e na televisão manifestam-se oposicionistas e governistas. Apenas na televisão alguma contenção tem sido admitida e adotada pelo Governo — como o é em todas as nações civilizadas — devido as repercussões ocasionadas pela divulgação, perante a opinião pública.

A Imprensa brasileira consigna pronunciamentos divergentes dos do Governo; o Sr. Presidente da República, muitas vezes injustiçado e agredido, recebe a crítica e a agressão com a bondade que o caracteriza; e todos merecem, integralmente, o seu respeito.

O Sr. Ruy Carneiro — Sobretudo com serenidade.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Ninguém desconhece que essa manifestação de indole pessoal tem garantido a S. Exa. a simpatia de todos os brasileiros e, até mesmo, de todos os oposicionistas. Tenho visto reivindicações de ordem regional contra pequenos funcionários que S. Exa. repete violentamente, não admitindo que alguém seja vulnerado pela opinião pessoal que possa ter do Governo de S. Exa., porque ela, acima de tudo, confia no espírito de justiça do povo brasileiro e não admite que funcionário ou não lhe atribua qualquer deslize no trato das coisas públicas. S. Exa. é um esforçado pelo bem público e a todo momento se dedica ao interesse dos órgãos da sociedade brasileira.

Alguns oradores, entretanto, procurando tirar o mérito pessoal, analisaram sua ação governamental comparando-a com as administrações e os vultos de Eisenhower, Adenauer ou De Gaulle. Com a execução do Plano Marshall, os Estados Unidos, empenhados na luta contra o Comunismo na Europa, fornecendo-lhes milhões de dólares para a ação governamental, enquanto nós não conseguimos sequer um empréstimo do Fundo Monetário Internacional, por que não queríamos adotar um figurino estrangeiro que tanto mal fez à nação argentina.

Não há, portanto, possibilidade de cotejo entre a ação daquelas nações milenárias e a que hoje se desenvolve no Brasil, que pode ser considerado um País de cem anos, porque há apenas cem anos recebemos o primeiro trator, há apenas cem anos recebemos a primeira semente de trigo.

Falou-se em negócios e escândalos, como se negócios e escândalos não pudessem ter ocorrido noutras épocas ou, pelo menos, tivessem sua divulgação criadora, embora inexistente, para macular a ação governamental.

Rodrigues Alves, Campos Sales e tantos outros brasileiros ilustres, hoje proclamamos como maiores vultos deste país, nas suas administrações foram vilipendiados pela Imprensa. Ruy Barbosa, o grande e inolvidável Ruy, expressão máxima da cultura e intelectualidade brasileira, teve ensejo de terçar armas com inúmeros inimigos que o apontavam como lamentável prevaricador. Artigos que entre Tartufos e Arentinos eram trocados por jornalistas eméritos, no passado, exibem essa licença que a liberdade, muita vez, assegura.

Não se pretendeu, tampouco, amesquinhar a ação administrativa de Getúlio Vargas ou do Marechal Eurico Dutra, porque quando o Sr. Presidente da

República declara que dinamizou, que transformou o Brasil, ele se refere a determinadas Metas anteriormente não verificadas ou adotadas pelos Governos que o antecederam. A industrialização geral, a indústria automobilística e de base, a transformação da infra-estrutura social e econômica do Brasil, só agora foram atingidas e esponsadas pelo Senhor Presidente da República.

A referência, portanto, não pode ser cotejada com aquelas administrações; ela, ao contrário, reafirma a exaltação daquelas administrações, como a tantos outros Presidentes da República que, através de ação parcial — aí sim — num puzzle construtivo, puderam erguer as bases dessa transformação admirável do país, hoje positivada pelo Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Na televisão, S. Exa., há poucos dias, fez brilhante exposição; mostrou dados reais, positivos e inofensíveis — ninguém os contesta.

Ninguém os contesta, todos exaltam Três Marias, Furnas e os quatro mil quilômetros de estradas asfaltadas, os trinta e dois quilômetros de pontes construídas e tantas obras disseminadas por todo o Brasil.

Os Estados, os Municípios receberam do seu Governo não só as obras ali construídas, como usinas hidro-elétricas pequenas, através de dotações orçamentárias e créditos especiais, notadamente o Rio Grande do Sul e S. Paulo, por meio de empréstimos e verbas orçamentárias. Só S. Paulo recebeu, no Governo do Sr. Jânio Quadros, cerca de vinte bilhões de cruzeiros; o Rio Grande do Sul, pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento e outros órgãos administrativos, por ordem expressa e pessoal do Sr. Presidente da República, teve substanciais auxílios, que lhe propiciaram desenvolvimento extraordinário e, até mesmo, assistência aos flagelados pelas enchentes, que mataram animais e destruíram lavouras. Aí, então, é que está a análise justa, adequada de uma ação governamental, que não pode ser ignorada. Aí está, até mesmo, de certo modo explicada a elevação do custo de vida, pela destruição de lavouras, por causa das secas e enchentes e de um critério peculiar de nossa agricultura, de auto-suficiência, ainda não erradicado e extirpado do espírito do rurícola. Essa evolução, porém, está vindo aos poucos. As estradas de rodagem, asfaltadas, permitirão a circulação das riquezas e atenderão aos reclamos imediatos do homem rural.

Falou-se que o Presidente não atendeu à educação nacional. Tenho aqui exposição que fulmina a argumentação negativista. Para realização de todo esse esforço não foi esquecido o problema da assistência educacional.

Não era possível levar a bom termo um programa de desenvolvimento econômico sem cuidar de preparar o homem brasileiro, dando-lhe conhecimentos científicos e técnicos capazes de valorizá-lo. Daí a elaboração, em 1957, de um plano objetivando a educação para o desenvolvimento. Para possibilitar-lhe recursos, foram destinadas dotações específicas e reforçado o orçamento do Ministério da Educação, que veio a atingir, e depois ultrapassar, a quota constitucional, a partir de 1958. De Cr\$ 3.800.000 em 1955, passaram as verbas da educação e Cr\$ 16.700.000 em 1960, crescendo mais de 4 vezes. Tais recursos permitiram não apenas

manter e expandir a rede escolar preexistente, mas também dar início a experiências novas. Assinalo algumas delas. O ensino complementar do primário, com mais 2 anos de estudos teóricos e atividades de trabalho, que se vai expandindo com segurança. A Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, criada em 1958, estará agindo, no corrente ano, em 40 municípios. A distribuição de bolsas do ensino médio, iniciada timidamente em 1956 com 35 milhões de cruzeiros, alcançou 630 milhões em 1959 e atingirá, provavelmente, 800 milhões em 1960. O ensino secundário prosseguiu em franca expansão, passando de 2.006 estabelecimentos, em 1955, a 2.700, em 1959. Correspondeu o crescimento a 35%, acompanhado do aumento de 30% das matrículas, as quais subiram de 603.000 e 780.000. No Colégio Pedro II, a matrícula passou de 3.500 em 1955 a 7.740 em 1959. Em igual período, o ensino comercial ganhou mais 30% de alunos e de escolas. As 23 escolas industriais e técnicas da União estão sendo reinstaladas, de modo a triplicar sua matrícula. Através de convênios com os Estados e particulares, estão sendo criadas 16 novas escolas industriais, 3 das quais já entraram em funcionamento. Assinalo a de Eletrônica, de Santa Rita de Sapucaí, por ser pioneira no país. Para a Administração Pública, criou-se um curso de grau médio, no DASP. Criaram-se 6 Universidades, sendo uma federal, a do Pará. As escolas superiores passaram de 267, em 1955, a 339, em 1959. Nas 8 Universidades federais observou-se grande surto de desenvolvimento, nas construções, nos equipamentos e na melhoria do ensino. Foram criados 6 cursos para a formação de geólogos, iniciativa que se impunha pela falta desses especialistas, indispensáveis ao reconhecimento de nossas riquezas naturais. Para propiciar o avanço científico e tecnológico, criaram-se 14 Institutos de Pesquisa e Ensino, dedicados a outras tantas ciências e distribuídos às Universidades. Alguns deles já se acham em funcionamento, outros em fase de instalação. A matrícula nos cursos superiores passou de 71.000, em 1955, a 89.000, em 1960. Na senda da energia nuclear, acham-se em atividade 3 centros de estudos, sendo que o de São Paulo recebeu moderno reator de pesquisas. As escolas de administração pública e privada, bem como as de economia e ciências sociais têm recebido o mais franco apoio. Campanhas assistenciais e educativas foram criadas para amparar estudantes de todos os níveis, bem como os deficientes da visão e da audição. Cito apenas a da Merenda Escolar, cujos recursos passaram de Cr\$ 10.000.000, em 1955, a Cr\$ 200.000.000, em 1959. O Serviço Nacional do Teatro ganhou grande impulso com a criação da Campanha Nacional do Teatro. Edificou-se a Casa do Brasil na Cidade Universitária de Paris, inaugurada em junho de 1959. Prepara-se o governo para iniciativa análoga, em Madri. No sentido de reestruturar e tornar mais eficaz o sistema educacional brasileiro, o governo se empenha em colaborar na tramitação da lei que fixa as Bases e Diretrizes da Educação Nacional, que acaba de ser aprovada pela Câmara. A obra da educação é, por sua natureza, a longo prazo, semente preciosa que custa a germinar, crescer e frutificar. Por isso mesmo, é dever indeclinável, de uma geração à outra, na longa e interminável cadeia da cultura humana;

Com relação à saúde, tampouco esqueceu o Governo o problema de assistência médico-sanitária das nossas populações que tanto contribuíram com a "mão de obra" necessária para levar avante todas as metas, quer nas indústrias básicas, quer na abertura de estradas, quer na construção das usinas elétricas, extração do ferro ou petróleo, quer na agricultura ou na Construção de Brasília.

Estando a malária controlada, o Governo promoveu a campanha que visa a erradicação total da endemia no solo pátrio. Essa já se encontra em desenvolvimento nos Estados do Norte, Nordeste e do Sul, abrangendo 260 municípios e uma área de 300.000 km², com uma população de 10 milhões de pessoas.

As outras endemias foram igualmente combatidas com intensidade. A Campanha contra a boubá, por exemplo, estendeu-se por 402 municípios de 14 Estados e 3 Territórios. Dos 600 mil doentes previstos, já foram tratados 520 mil, além de 430 mil contactos, estando essa grave endemia em fase de erradicação em todo o território nacional, trabalho executado inteiramente no atual Governo.

Mais de 800 mil casos de tracoma foram descobertos e tratados em 181 municípios, com uma queda de prevalência nos focos trabalhados de 35 a 92%.

Na prevenção da doença de Chagas foram expurgados pelo BHC quase 2 milhões de prédios.

Para o combate ao bócio endêmico foram iodatados 460 mil toneladas de sal, o que representa todo o sal destinado ao consumo humano no país.

Mais de um milhão de pessoas foram medicadas contra a ancilostomose, 12.500 contra a esquistossomose e 37.300 contra a filariose.

Contra a varíola, mais de 8 milhões de pessoas foram vacinadas em todo o território nacional; 1 milhão e meio, contra a febre amarela silvestre, o que perfaz 30 milhões de brasileiros já imunizados; 2 milhões e meio de doses de vacina Salk foram distribuídas pelo Ministério para a proteção de nossas crianças contra a paralisia infantil, doença que começa a assumir importância em nossas grandes cidades justamente por estarmos saindo do subdesenvolvimento.

A luta contra o câncer foi incentivada através dos serviços de reconhecimento precoce do mal e melhor equipamento dos Centros de tratamento.

A ampliação da rede hospitalar vem se processando de modo contínuo, sendo de 6.800 leitos o aumento médio anual. Hoje, já contamos com quase 230.000 leitos em todo o país, existindo ainda em construção 151 hospitais e maternidades.

Os problemas da tuberculose e da lepra, das doenças mentais, da nutrição, da assistência à maternidade e à infância, de saneamento básico e tantos outros vêm sendo intensivamente combatidos.

A recuperação do brasileiro para o trabalho vem se processando dia a dia à medida que se modifica o panorama sanitário nacional. A "esperança de vida" em várias áreas do nosso território já se eleva bem acima de 50 anos e nas cidades de maior progresso chega a atingir 60 anos.

Hoje, podemos contar com milhões de brasileiros recuperados para o trabalho. A respeito de toda essa obra, Sr. Presidente, passo a ler, para conhecimento do povo brasileiro, os dados de que disponho:

PRODUÇÃO AGRÍCOLA

O suprimento de recursos financeiros aos produtores, sob a forma de crédito, constitui providência direta das mais eficazes para estimular a expansão da agricultura, pois o aperfeiçoamento do trabalho agrícola, desde o amanho racional do solo ao uso de fertilizantes, inseticidas, irrigação, etc., requer altas doses de capital. De outra parte, o crédito para custeio de entre-safra tem papel relevante para a normal execução dos trabalhos de exploração agrícola.

Assumem especial relevo, por seu volume e penetração, os financiamentos da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil que, no setor agrícola e pecuário, se elevaram pe 16,6 bilhões de cruzeiros em 1955 para 41,8 bilhões em 1959, o que corresponde a um aumento de 250%.

Foram, também, substanciais os recursos destinados à produção agrícola e extrativa vegetal para o custeio de entre-safra, assim como os votados ao custeio de entre-safra de produtos alimentares de exportação.

A indústria de produtos alimentares, que complementa as atividades agropastoris, tem sido, também, objeto de aplicações por parte da Carteira, tanto para compra de matérias-primas como para construção ou ampliação de instalações fabris.

Completam tais medidas a construção de armazéns e silos, a implantação da indústria de fertilizantes, a melhoria dos transportes, bem assim a ampliação da rede de agências do Banco do Brasil, que de 359 passaram para 435 em todo o país.

ARMAZENS E SILOS

A meta de construção de armazéns e silos foi fixada, inicialmente, em 400.000 toneladas para estocagem de produtos agrícolas.

Verificando a possibilidade de superar a meta e tendo em vista novos estudos do problema, o Governo resolveu ampliar o plano geral de modo a perseguir mais altos objetivos quanto à capacidade de estocagem.

A atuação governamental é exercida através:

— Do BNDE, que financia até 60% dos empreendimentos;

— Do Ministério da Agricultura que executa vasto programa de armazenamento do trigo, por intermédio da Comissão de Triticultura Nacional;

— Do Ministério da Viação, que, no Polígono das Secas, concede prêmios de até 30% dos empreendimentos;

— Da Comissão Executiva de Armazéns e Silos, que orienta a parte de planejamento e auxilia a fiscalização das obras.

Em 1955, a capacidade total de armazenagem e ensilagem do país era de 84.650 toneladas. Em dezembro de 1959, em razão dos novos armazéns e silos construídos, a capacidade havia alcançado 452.650 toneladas, preenchendo-se, assim, a meta inicial. O aumento foi de 368 mil toneladas na capacidade existente.

Com a execução dos projetos em curso será atingida, em 1960, capacidade superior a 600 mil toneladas.

A obra governamental nesse importante setor é pioneira sob vários aspectos, uma vez que, praticamente, pouco existia antes do atual Governo.

FRIGORÍFICOS

A meta programada visa a construção de frigoríficos com capacidade para 45.000 toneladas.

Além das obras fixadas no programa, há a considerar outras em curso, dentre as quais citam-se: o frigorífico da Companhia Ar Frio, inaugurado em São Paulo e que recebeu colaboração do Governo Federal; os projetos de construção de armazéns para carne; unidades já em construção e destinadas ao pescado (projetos de Caixa de Crédito da Pesca); unidades menores destinadas à conservação da carne, em construção no Paraná e Campina Grande.

Sendo pequeno o interesse da iniciativa privada, estuda o Governo a possibilidade de instalar algumas dessas Câmaras através das entidades governamentais.

MATADOUROS INDUSTRIAIS

Meta — Construção de matadouros com capacidade para o abate de 2.750 bovinos, 1.100 suínos e o armazenamento de 13.000 toneladas do produto em câmaras frias.

As principais obras em curso que receberam, direta ou indiretamente, colaboração financeira do Governo, localizam-se em Andradina (São Paulo), já concluídas; Campo Grande (Mato Grosso), com as câmaras frias concluídas; e Carreira Comprida (Minas Gerais), onde foram terminadas as instalações de abate diário para 1.500 bois e 400 suínos e iniciada a construção das câmaras frias.

No frigorífico T. Maia, foi concluída a parte referente ao transporte ferroviário. O Matadouro São Francisco, em Salvador, Bahia, teve terminada a parte das instalações de abate de 200 bois e 100 suínos.

MECANIZAÇÃO DA AGRICULTURA

Examinando o problema em sua profundidade, o Governo resolveu alterar a política que vinha sendo adotada quanto à importação de tratores por órgãos da administração pública para revenda aos agricultores.

Decidiu o Governo reservar uma parcela de moeda estrangeira para importação de máquinas, desde que os fornecedores pudessem garantir financiamento externo de, no mínimo, três anos. E dada pelo Governo garantia a esses financiamentos, uma vez se submetta o distribuidor a controle de

preços de venda que lhe garanta apenas razoável margem de lucro.

O resultado dessa política permitiu fossem importados cerca de 10.000 tratores no biênio 1956-57, com o que a meta total de 60.000 unidades foi atingida naquele período. Nova meta foi então fixada para o prazo de 1960: 72.000 tratores.

Em dezembro de 1959, esse novo objetivo foi ultrapassado, com o total de 74.000 unidades nos serviços da lavoura.

Em 1955, havia 1 trator para 492 hectares de área cultivada. Em 1960, cumprindo o plano do Governo, prevê-se que a relação será da ordem de 1 trator para 350 hectares.

O Governo recomendou ao GELA o estudo da implantação da indústria nacional de tratores a fim de eliminar, no menor prazo possível, as importações nesse importante setor da atividade econômica, dando o passo decisivo para a implantação dessa indústria através do decreto 47.473, de 22 de dezembro de 1959 que instituiu o respectivo Plano.

Espera-se que, em 1960, sejam produzidas 2.500 unidades e, em 1961, 7.000 unidades já com índice de nacionalização da ordem de 85%.

FERTILIZANTES

A meta de 300.000 toneladas adicionais, no que diz respeito à capacidade instalada, já foi atingida. Espera-se que as fábricas atinjam a plena produção de 1960, quando se terá um aumento superior àquela meta: 400.000 toneladas.

Considerando que o importante para a produtividade agrícola é a utilização dos fertilizantes na prática de adubação, estima-se, para 1960, um nível de consumo equivalente a 40.000 toneladas de nitrogênio, 120.000 toneladas de anidrido fosfórico e 40.000 de óxido de potássio.

Com o fim de estimular a produção nacional, a lei nº 3.244, de 1957, estabeleceu o sistema de subsídios aos fabricantes internos, tendo sido pagos até setembro de 1959 Cr\$ 620 milhões.

Só a fábrica da Petrobrás deverá produzir, em 1960, 21.000 toneladas de nitrogênio e a Coqueira da CSN, 1.000 toneladas de nitrogênio (sob a forma de sulfato de amônia). Quanto aos fosfatados, a produção da Serrana é estimada em 26.000 toneladas para 1960.

Com a futura instalação da Nitrogênio S.A., em Aratu, Bahia, bem como a orientação definitiva da FERTISA na forma de exploração industrial das jazidas de Araxá e, no caso do potássio, o aproveitamento das águas-mães das salinas do Mossoró, ter-se-á resolvido definitivamente o problema.

BANCO DO BRASIL

Empréstimo ao Setor

Privado (Cr\$)

— Elevaram-se de 68 bilhões, em 1955, para 133 bilhões de cruzeiros, em 1959:

Lavoura	31 bilhões
Pecuária	11 bilhões
Indústria	65 bilhões
Comércio	23 bilhões
Outros	3 bilhões
	133 bilhões

O amparo:

— à produção agro-pecuária subiu de 17 bilhões para 42 bilhões (250%).

— à indústria, de 28 para 65 bilhões (128%).

Para que o crédito à iniciativa privada mais se difundisse, em todo o território nacional, iniciaram operações mais 76 agências (aguardam instalação mais 35, sendo 2 no exterior).

ENERGIA

Elétrica — de 3.000.000 kw para 5.000.000 kw e 8.000.000 em 1965 — 1959 — 4.000.000 kw

Furnas — 1.200.000 — Três Marias — 520.000 — Custo da Meta — Cr\$ 103 bilhões.

Petróleo — Produção de 6.800 B/D para 40.000 — 1959 — 75.000 — Refinação de 130.000 B/D para 308.000 B/D — 1959 — 160.600.

Reservas recuperáveis — 1955 — 255 — 1959 — 610 — Milhões de barris.

Petroleiros — 1955 — 224.000 T — 1959 — 370.000 T — 1960 — 513.000 T — Recebidas 146.000 T

Petroquímica — Fertilizantes — Eteno — Propeno — Negro de Fumo — Duque de Caxias — Borracha — 40.000 T

Liberação de Divisas — 1955 — 32 milhões dólares — 1959 — 153 milhões dólares — 1961 — 343 milhões dólares.

TRANSPORTE

Rodovias — Posição em 1955 era de 22.000 km de Estradas Federais, sendo 2.400 km pavimentados.

Meta — Construção 10.000 km — Pavimentação 3.000 km — 1959 — Constr. 13.700 km pav. 4.300 km. Novos objetivos — Constr. 18.000 km — Pav. 5.800 km.

Belém-Brasília — 2.200 km — Custo Cr\$ 2,8 bilhões — Movimento terras 8.900.000 m³ — Pontes — Guamã — 136 m — Conclus. fev. 60 — Custo Cr\$ 34 milhões — Tocantins — 533 m — Custo — Cr\$ 125 milhões.

Fortaleza-Brasília — 1.800 km — Trabalhadores — 18.000.

Obras de Arte Rodoviárias 1956-59 — 33 km.

Ponte Internacional — 530 km.

FERROVIAS

Reaparelhamento — Meta — 1959 Locomotivas — 412 — 300 — Carros e Vagões — 12.000 — 7.600 — Trilhos e Acces. — 792.000 T — 613.000 T Construção — Meta 1.500 km — 1959 1.800 km.

Marinha Mercante — Toneladas — Longo Curso — 1955 — 123.000 — Meta 30.000 — Recebidos — 12.000 Encomendados — 43.000 — Cabotagem — 1955 — 630.000 — Meta — 200.000 — Recebidos — 130.000 — Encomendados — 56.000.

ALIMENTAÇÃO

Armazéns e Silos — Meta — Elevar a capacidade de 85.000 T para ... 400.000 T — 1959 — 453.000 T — 1961 — Previsão 600.000 T.

INDÚSTRIA DE BASE

Siderurgia — de 1.150.000 T para 2.300.000 — 3.500.000 em 1965 — 1959 — Capacidade 2.300.000 T.

Alumínio — de 2.600 T para 25.000 T — 1959 — 16.700 T.

Metais não ferrosos — Zinco — Não produzimos — Usina Piloto 60 T — Estanho — Meta 1.200 T para 7.000 T — 1959 — 1.530 T — Níquel — Meta 27 T para 260 T — 1959 — 89 T

Cobre — Concentrado — 1955 — 2.360 1959 — 3.800 — 1960 — 6.000 — Metálico — 1955 — 340 — 1959 — 1.800 — 1960 — 2.600 — Chumbo — de 5.900 para 20.000 T.

Celulose — de 90.000 para 260.000 T 1959 — 253.000 T

Papel — de 40.000 para 130.000 T 1959 — 78.000 T

Export. Minério Ferro — de 2.500.000 T para 8.000.000 T

Ind. Automobilística — Meta 100.000 Produção em 1959 — 96.243 — 1960 — 140.000

Economia de divisas — US\$ 414 milhões — Produção 1957-59 — 188.000 veículos, no valor de US\$ 700 milhões — Contribuição Fiscal — Cr\$ 10,7 bilhões — Auto-peças — 1.200 fábricas — Operários — 120.000.

Indústria de Tratores — Decreto 47.473 de dezembro de 1959 instituiu plano definitivo. Espera-se que em 1960 sejam produzidos 2.500 unidades. Em 1961 — 7.000 — 85 p/ceto nacionalizados.

Brasília

Distrito Federal

Sursan

Custo total — 17 bilhões — Orçamento de 1958 — 1959 — 1960 — Cr\$ 5,6 bilhões — Corte Morro Santo Antônio 2 milhões m³ — Av. República do Chile — Programada há 17 anos.

Realizado — Pista atêrro 2.500 m — Viaduto Negrão de Lima — 1.200 m — Secretária da Viação — Radial Oeste — 1 trecho — 1 km.

Próximas etapas — Atêrro — Prolongamento — Outra pista — Galerias Pluviais — Avenidas — República Chile — Praça Tiradentes — Perimetral — 6 faixas — Túnel S. Bento — Radial Oeste — 2 trechos — Túneis — Catumbi-Laranjeiras — 1.120 perfurados, faltando 80 m — 900 já revestidos e concretados — Barata Ribeiro — Raul Pompeia inauguração em 30-1-1960 — Troleiros — Pompeu Loureiro iniciado para inaugurar em 1960.

Saneamento — Rios Joana, Maracanã, Ramos, Faria, Acari, Lulas, Tintas e das Pedras.

Esgotos — 80 km de rede construídos em 1959, mais 120 km até o fim do ano.

SECRETARIA GERAL DE VIAÇÃO

Água — Túnel-Canal Engenho Novo-Macacos — Regularização abastecimento Zona Sul — 180 milhões litros por dia — Custo Cr\$ 180 milhões.

Esgotos — de 1958 até 1959, a rede de esgotos construída foi de 800 km de extensão, e nestes 2 últimos anos foram montadas obras para uma rede de 200 km, dos quais 80 km foram construídos no ano passado. Os restantes 120 serão construídos ainda este ano. Portanto, o equivalente ao que se fez em um quarto de século.

A Sursan está construindo, na Penha, a maior estação de tratamento para esgotos da América do Sul, para servir a uma população de 400 mil pessoas. Atenderá a toda população da Leopoldina. Esta estação será, em parte, inaugurada ainda no corrente exercício, possivelmente, antes da transferência para Brasília.

Operação Nordeste

Operação Pan Americana

Sr. Presidente, dou por respondidos os discursos aqui proferidos por eminentes Colegas ilustres representantes da Oposição nesta Casa. O Governo estende a mão a todos os brasileiros e recebe, de todos os que tanto trabalham pela grandeza da

Nação, no Congresso Nacional, uma colaboração preciosa, que merece a gratidão governamental. Temos dado ao Presidente da República os instrumentos indispensáveis ao desenvolvimento da Nação; e S. Exa. não desconhece a ação admirável do legislador brasileiro. O Chefe da Nação cumpre a lei e atende aos mais elevados interesses da Pátria. Por isso mesmo, a transcrição requerida pela Liderança da Maioria tem por representação e símbolo u'a manifestação de solidariedade, congratulação e estímulo à ação admirável do Presidente Juscelino Kubitschek. (Muito bem! Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado).

Durante o discurso do Sr. Jefferson de Aguiar, o Sr. Cunha Mello deixa a cadeira da presidência, assumindo-a o Sr. Freitas Cavalcante.

O SR. PRESIDENTE:

Continua a discussão. (Pausa)

Mais nenhum Sr. Senador pedindo a palavra, declaro-a encerrada. (Pausa).

Sendo evidente a falta de número no Plenário para continuação dos trabalhos, vou encerrar a sessão.

Convoco os Senhores Senadores para uma sessão extraordinária, hoje às 21 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA

1 — Votação, em discussão única, do Requerimento nº 14, de 1960, do Sr. Jefferson de Aguiar e outros Srs. Senadores, solicitando urgência, nos termos do artigo 330, letra c, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1960, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação das Pioneiras Sociais.

2 — Votação, em discussão única do Requerimento nº 9, de 1960, do Senhor Senador Jefferson de Aguiar, solicitando a transcrição nos Anais do Senado do discurso proferido pelo Sr. Presidente da República na reunião ministerial realizada em 1º do mês em curso.

3 — Discussão única do Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 1959 (nº 4.464 de 1958 na Câmara), que isenta de imposto de importação e de consumo equipamento importado pela Siderúrgica J. A. Aliperti S.A., tendo Pareceres (ns. 899 e 900, de 1959) das Comissões: de Economia, favorável, com a emenda que oferece (nº 1-CE); de Finanças, favorável ao projeto e à emenda.

4 — Discussão do Projeto de Lei do Senado nº 27, de 1958, de autoria do Sr. Senador Oton Mäder, que suspende o financiamento às lavouras de café de baixa produtividade, mal localizadas ou mal cultivadas e cria um financiamento especial para a sua transformação em pastagens (substitutivo aprovado, com emenda, na sessão de 15-12-1959), tendo Parecer (nº 7, de 1960), da Comissão de Redação, oferecendo a redação do vencido.

5 — Discussão única da redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 1959 (nº 3.101-57 na Câmara) que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, créditos especiais destinados à Escola de Enfermagem Venceslau Braz, de Itajubá, à Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora e à Escola de Enfermagem Hermantina Beraldo, de Juiz de Fora (redação oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 6-60).

6 — Discussão única do veto nº 9, de 1959 (parcial) do Prefeito do Distrito Federal ao Projeto de Lei Municipal nº 270-A-59, que autoriza a abertura dos créditos especiais que

menção e dá outras providências, tendo Parecer Favorável, sob nº 4, de 1960, da Comissão de Constituição e Justiça.

7 — Discussão única do veto nº 19, de 1959, (parcial), do Prefeito do Distrito Federal ao Projeto de Lei Municipal nº 190-A-59, que orça a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício de 1960, tendo Parecer nº 5, de 1960, da Comissão de Constituição e Justiça favorável ao veto, em todos os seus itens.

8 — Discussão única do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a Mensagem nº 44, de 1960, pela qual o Sr. Presidente da República submete ao Senado a escolha do Dr. Antônio Gonçalves de Oliveira para o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às dezesseis horas e cinquenta minutos).

ATA DA 17.ª SESSÃO, DA 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA, DA 4.ª LEGISLATURA, EM 9 DE FEVEREIRO DE 1960.

Extraordinária

PRESIDENCIA DO SR.

CUNHA MELLO

As 21 horas acham-se presentes os Srs. Senadores:

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de Srs. Senadores. Havendo número legal, está aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Suplente, servindo de 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é sem debate aprovada.

O Sr. 4º Secretário, servindo de 1º, dá conta do seguinte

Expediente

Parecer n. 10, de 1960

Redação final do Projeto de lei do Senado nº 28, de 1959.

Relator: Sr. Afonso Arinos.

A Comissão apresenta a redação final (fl. anexa) do Projeto de Lei nº 28, de 1959, de iniciativa do Senado Federal.

Sala das Comissões, em 9 de fevereiro de 1960. — Mourão Vieira, Presidente — Afonso Arinos, Relator — Padre Calazans — Menezes Pimentel.

ANEXO AO PARECER Nº 10, DE 1960.

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 28, de 1959, que institui o "Dia de Deodoro".

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ser considerada, em todo o país, como o "Dia de Deodoro" a data de 15 de novembro, já consagrada às comemorações da República.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Parecer n. 11, de 1960

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 1958.

Relator: Sr. Afonso Arinos.

A Comissão apresenta a redação final (fls. anexas) das emendas do Senado ao Projeto de Lei nº 51, de 1958, originário da Câmara dos Deputados.

Sala das Comissões, em 9 de fevereiro de 1960. — Mourão Vieira, Presidente — Afonso Arinos, Relator — Padre Calazans — Menezes Pimentel.

ANEXO AO PARECER Nº 11, DE 1960

Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 1958, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000 para construção do prédio próprio para a Agência Postal-Telegráfica na Cidade de Capanema, Estado do Pará.

EMENDA Nº 1

Ao projeto (Emenda da Comissão de Redação)

Dê-se à emenda do projeto a seguinte redação:

"Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 6.400.000,00 para construção de prédios próprios destinados às Agências Postais-Telegráficas de Capanema, na Estado do Pará, Fonte Boa, no Amazonas, Município de São Sebastião do Passé, na Bahia, Joaçaba e Indaial, ambas em Santa Catarina."

EMENDA Nº 2

Ao art. 1.º (Emendas ns. 1, 2 e 3 de Plenário)

Dê-se a este artigo a seguinte redação:

"Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 6.400.000,00 (seis milhões e quatrocentos mil cruzeiros) para construção de prédios próprios destinados às Agências Postais-Telegráficas das seguintes localidades:

— Cidade de Capanema, no Estado do Pará — Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros);

— Fonte Boa, no Amazonas — Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros);

— Município de São Sebastião do Passé, na Bahia — Cr\$ 800.000,00 (oitocentos mil cruzeiros);

— Cidade de Joaçaba, no Estado de Santa Catarina — Cr\$ 800.000,00 (oitocentos mil cruzeiros);

— Cidade de Indaial, no Estado de Santa Catarina — Cr\$ 800.000,00 (oitocentos mil cruzeiros)."

O SR. PRESIDENTE:

Está finda a leitura do expediente. Não há oradores inscritos.

O SR. ATTILIO VIVACQUA:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Atílio Vivacqua.

O SR. SENADOR ATTILIO VIVACQUA PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE A REVISTA DO ORADOR, SERÁ POSTERIORMENTE PUBLICADO.

O SR. PRESIDENTE:

Não há mais orador inscrito. Passa-se à Ordem do Dia.

Votação, em discussão única, do Requerimento nº 14, de 1960, do Sr. Jefferson de Aguiar e outros Srs. Senadores, solicitando urgência, nos termos do art. 330, letra c, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1960, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação das Pioneiras Sociais.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa, requerimento, que vai ser lido pelo Sr. 1.º Secretário.

É lido e, sem debates aprovado, o seguinte

Requerimento n. 15, de 1960

Nos termos dos arts. 212, letra l, e 274, letra b, do Regimento Interno, requiro adiamento da votação do Requerimento n. 14, de 1960, a fim de ser feita na sessão de 10 do corrente mês.

Sala das Sessões, em 9 de fevereiro de 1960. — Jefferson de Aguiar.

O SR. PRESIDENTE:

Em face da deliberação do Plenário, o requerimento n. 14, de 1960, é retirado da Ordem do Dia, a fim de ser apreciado na sessão do dia 10 do corrente.

Votação, em discussão única, do Requerimento n. 9, de 1960, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, solicitando a transcrição nos Anais do Senado do discurso proferido pelo Sr. Presidente da República na reunião ministerial realizada em 1.º do mês em curso.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

A matéria a que se refere o requerimento será publicada no Diário do Congresso.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 1959 (nº 4.464 de 1958 na Câmara), que isenta de imposto de importação e de consumo equipamento importado pela Siderúrgica J. A. Aliperti S.A., tendo Pareceres (ns. 899 e 900, de 1959) das Comissões: de Economia, favorável, com a emenda que oferece (nº 1-CE); de Finanças, favorável ao projeto e à emenda.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão o projeto e a emenda.

Se nenhum dos Srs. Senadores de-sejar usar da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa).

Está encerrada.

Em votação o projeto sem prejuízo da emenda.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

É o seguinte o projeto aprovado.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 84, de 1959

(Nº 4.464-B, de 1958, na Câmara dos Deputados).

Isenta do imposto de importação e de consumo equipamento importado pela Siderúrgica J. L. Aliperti S.A.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida isenção do imposto de importação e de consumo para o equipamento de laminação constante das licenças ns. DG 57-39379-38307, 57-39389-38.308, 57-39381-38309 e 57-39382-38310, emitidas pela Carteira de Comércio Exterior, importado pela Siderúrgica J.L. Aliperti S. A. para a ampliação de suas instalações siderúrgicas.

Art. 2.º A isenção concedida não abrange o material com similar nacional.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-seas disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação a emenda.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa)

E' a seguinte a emenda aprovada:

EMENDA Nº 1 (CF)

Ao art. 1.º onde se diz: "taxa de previdência social", diga-se taxa de despacho aduaneiro.

O SR. PRESIDENTE:

A matéria vai à Comissão de Redação para a sua redação final.

Segunda discussão do Projeto de Lei do Senado nº 27, de 1958, de autoria do Sr. Senador Oton Mäder, que suspende o financiamento às lavouras de café de baixa produtividade, mal localizadas ou mal cultivadas e cria um financiamento especial para a sua transformação em pastagens (substitutivo aprovado, com emenda, na sessão de 15-12-1959), tendo Parecer (nº 7, de 1960), da Comissão de Redação, oferecendo a redação do vencido.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão o projeto.

Se nenhum dos Srs. Senadores quiser usar da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa).

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovada.

E' o seguinte o projeto aprovado, que vai à Câmara dos Deputados.

Projeto de Lei do Senado nº 27, de 1958.

Assegura aos cafeicultores direito a financiamento especial na Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — E' assegurado aos cafeicultores direito a financiamento especial na Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (CREAI), com o fim exclusivo de substituição total ou parcial de suas lavouras cafeeiras por outras atividades agrícolas ou pastoris, previamente aprovadas pela dita Carteira, respeitadas as peculiaridades das propriedades e da região.

Art. 2.º — O limite máximo do empréstimo a que se refere o artigo anterior estará condicionado, em cada região, ao orçamento das despesas necessárias para erradicar e destocar os cafeeiros, arar e gradear o solo, bem como para os serviços de conservação do mesmo.

Art. 3.º — A critério do Banco do Brasil, é facultado aos cafeicultores que contrairam empréstimos na CREAI em penhor da safra de café,

incorporarem suas dívidas ao financiamento previsto nos artigos precedentes na proporção dos cafeeiros erradicados, para liquidação no prazo previsto no art. 4.º.

Art. 4.º — O débito assumido pelos cafeicultores beneficiados por esta lei será liquidado em 5 (cinco) prestações anuais, iguais e sucessivas, a juros de 7% (sete por cento) ao ano, vencendo-se a primeira em 31 de outubro do ano imediatamente seguinte ao daquele em que houver sido concedido o empréstimo.

Art. 5.º — E' assegurado aos cafeicultores que hajam erradicado suas culturas cafeeiras e preparado convenientemente o terreno para novas atividades agrícolas ou pastoris direito preferencial e financiamentos normais de custeios destas últimas.

Art. 6.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Discussão única da redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 1959 (nº 3.101-57 na Câmara) que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, créditos especiais destinados à Escola de Enfermagem Wenceslau Braz, de Itajubá, à Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora e à Escola de Enfermagem Hermantina Beraldo, de Juiz de Fora (redação oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 6-60).

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão a redação final.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa). Está aprovada.

E' a seguinte a redação final aprovada, que vai à Câmara dos Deputados:

PARER Nº 6, DE 1960

Redação final das emendas do Senado ao projeto de lei da Câmara nº 98, de 1959, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, créditos especiais destinados à Escola de Enfermagem Wenceslau Braz, de Itajubá, à Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora e à Escola de Enfermagem Hermantina Beraldo, de Juiz de Fora.

EMENDA Nº 1

Ao projeto (Emenda da Comissão de Redação).

Dê-se ementa do projeto a seguinte redação:

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, créditos especiais destinados às Escolas de Enfermagem Wenceslau Braz, de Itajubá, do Pará, em Belém e Hermantina Beraldo, de Juiz de Fora, bem como a Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora.

EMENDA Nº 2

Ao art. 1.º (Emenda nº 1 do Plenário).

Dê-se a este artigo a seguinte redação:

Art. 1.º — E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, os seguintes créditos especiais:

Escola de Enfermagem Wenceslau Braz de Itajubá — Minas Gerais para construção de seu novo edifício — Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros).

Escola de Enfermagem do Pará, em Belém — Pará — Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros).

Escola de Enfermagem Hermantina Beraldo de Juiz de Fora — Minas Ge-

rais — Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros).

Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora — Minas Gerais — Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros).

O SR. PRESIDENTE:

Para acompanhar o estudo das emendas do Senado na outra Casa do Congresso, designo o nobre Senador Dix-huit Rosado.

Discussão única do veto nº 9, de 1959 (parcial) do Prefeito do Distrito Federal ao Projeto de Lei Municipal nº 270-A-59, que autoriza a abertura dos créditos especiais que menciona e dá outras providências, tendo Parecer favorável, sob nº 4, de 1960, da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão o veto.

Não havendo quem queira usar da palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação, que será feita pelo processo de esferas, devido a defeito na máquina elétrica.

Os Senhores Senadores que aprovam o Veto usarão as esferas brancas; os que o rejeitarem utilizarão as esferas negras.

Vai-se proceder à chamada.

(Procede-se à chamada).

O SR. PRESIDENTE:

Votaram 36 Senhores Senadores.

Vai-se proceder à apuração.

(São recolhidas 36 esferas, das quais 35 brancas e uma preta).

O SR. PRESIDENTE:

O Veto foi aprovado. Será feita a devida comunicação à Câmara dos Vereadores e ao Sr. Prefeito do Distrito Federal.

Discussão única do veto nº 10, de 1959, (parcial), do Prefeito do Distrito Federal ao Projeto de Lei Municipal nº 190-A-59, que orça a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício de 1960, tendo Parecer nº 5, de 1960, da Comissão de Constituição e Justiça favorável ao veto, em todos os seus itens.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão o veto. (Pausa).

Nenhum Sr. Senador desejando usar da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o veto, usarão as esferas brancas, e os que o rejeitam, as esferas pretas.

Vai-se proceder à chamada.

(Procede-se à chamada).

O SR. PRESIDENTE:

Votaram 36 Srs. Senadores.

Vai-se proceder à apuração.

São recolhidas 37 esferas, das quais 36 brancas e 1 preta.

O SR. PRESIDENTE:

O veto foi aprovado. Será feita a devida comunicação à Câmara dos Vereadores e ao Sr. Prefeito do Distrito Federal.

Discussão única do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a Mensagem nº 44, de 1960, pela qual o Sr. Presidente da República submete ao Senado a escolha do Dr. Antônio Gonçalves

ves de Oliveira para o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

O SR. PRESIDENTE:

- O Senado passa a funcionar em sessão secreta, para apreciação da terceira matéria da Ordem do Dia.

Peço aos Srs. Funcionários que providenciem nesse sentido.

A sessão transforma-se em secreta às 21 horas e 45 minutos, e volta a ser pública às 22 horas e 10 minutos.

O SR. PRESIDENTE:

Está reaberta a sessão.

Esgotada a matéria da Ordem do Dia.

Não há orador inscrito para a oportunidade.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão. Designo para a de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

ORDEM DO DIA

Sessão de 10 de fevereiro de 1960

1 — Votação, em primeira discussão, do Projeto de Emenda à Constituição nº 2, de 1959, que altera dispositivos constitucionais referentes à organização do Estado da Guanabara, tendo Pareceres da Comissão Especial: I — Sobre o projeto inicial: nº 233, de 1959, contrário (com votos em separado dos Srs. Senadores Jefferson de Aguiar e Afonso Arinos); II — Sobre o substitutivo apresentado em Plenário em 1.ª discussão: nº 925, sugerindo modificações.

2 — Discussão única do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 1958 (nº 1.471-49, na Câmara) que regula o direito de greve, na forma do art. 158 da Constituição Federal, tendo Pareceres, sob ns. 8 e 9, de 1960, das Comissões: de Constituição e Justiça, oferecendo substitutivo; de Legislação Social, favorável ao substitutivo (com votos em separado dos Srs. Senadores Catão de Castro e Souza Neves).

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 22 horas e 12 minutos).

APARTE DO SR. SENADOR PAULO FENDER AO DISCURSO DO SR. SENADOR AFFONSO ARINOS, PRONUNCIADO NA SESSÃO DE 8 DE FEVEREIRO CORRENTE, QUE SE REPUBLICA POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÃO.

O Sr. Paulo Fender — Quando V. Exª emprega o adjetivo hirtto referindo-se ao Marechal Lott naturalmente quer aludir à rigidez moral de S. Exª. E isso, não?

Discurso proferido pelo Sr. Presidente da República na reunião ministerial realizada em 1 de fevereiro, que se transcreve nos termos do Requerimento nº 9, de 1960, dos Srs. Jefferson de Aguiar e Lima Teixeira, aprovado na sessão extraordinária de 9-2-1960

"SE É CRIME AMBICIONAR A GRANDEZA DE SEU PAÍS, NÃO ESCONDO ESTE MEU CRIME"

"Cinqüenta anos em cinco" exprime bem a ambição de meu Governo. — "Ao término do meu manda-

to, o Brasil será um país com todos os requisitos para completar o seu extraordinário surto industrial, nas bases mais modernas". — Situação das Metas — Brasília: "Brasília obedeceu a uma imperiosa necessidade". — Produção de Petróleo: de 6.800 barris em 1955 para 75.000 diários em 1959. — Energia Elétrica: de 3 milhões de Kw em 1955 para 4 milhões em 1959, devendo atingir 8 milhões em 1965. — Siderurgia: de 1 milhão e 150 mil toneladas de aço em 1955 para 2 milhões e 300 mil toneladas em 1959. — Transporte rodoviário: construídos mais de 10 mil quilômetros de novas rodovias e 3 mil de asfaltação. — Indústria automobilística: da estaca zero em 1956, para uma produção de 96.243 veículos em 1959. — Armazéns e Silos: capacidade de estocagem em 1955: 84.650 toneladas; em 1959: 452.650 toneladas. — Cimento: de uma produção de 2 milhões e 799 mil toneladas em 1955 para 4 milhões e 809 mil toneladas em 1959. — Fabricação de papel: de 40 mil toneladas em 1955 para 78 mil em 1959. — Marinha Mercante: instalação de 9 estaleiros. — Amparo às atividades agropecuárias: de 16 bilhões e 600 milhões de cruzeiros o financiamento aos agricultores e criadores em 1955 para 41 bilhões e 800 milhões de cruzeiros em 1959. — Sêcas do Nordeste: Criação da CODENO e instalação da SUDENO. — Problemas sucessórios: "os escolhidos pelo eleitorado brasileiro se empossarão, sem que se discuta o pronunciamento das urnas e da justiça". — Política externa: "A Operação Pan-Americana é uma iniciativa triunfante, que mereceu o apoio das 21 Repúblicas e que vai prosseguir no terreno das medidas práticas de combate ao subdesenvolvimento". Recuperação monetária. — Discurso do Presidente da República no transcurso do quarto ano de Governo, perante os Ministros de Estados reunidos no Palácio do Catete.

Discurso do Chefe do Governo

O Presidente Juscelino Kubitschek, seguindo a tradição dos anos anteriores, reuniu, hoje, quando transcorre o quarto aniversário de seu Governo, às 7 horas da manhã, no Palácio do Catete, todo o Ministério e fez uma ampla exposição das atividades de sua administração.

Deve-se, em analisar o problema sucessório, os novos rumos da nossa política externa, abordando com minúcias o programa das metas, tendo focalizado objetivamente o que já foi feito no sentido do desenvolvimento econômico do país.

Foi o seguinte, na íntegra, o discurso do Chefe da Nação:

"Há quatro anos, na data de hoje e nesta mesma hora — a sétima da manhã — reuni o Ministério e os meus auxiliares mais próximos, para começar o trabalho. Ao inaugurar o meu Governo, era meu desejo que a administração se caracterizasse pelo seu aspecto matinal. Acordar cedo, não perder tempo, não deixar sem emprego útil as horas mais preciosas do dia, quando ainda estão intactas as nossas forças era o meu conselho e o meu propósito. Como pretendia utilizar, ao máximo, o tempo que me fora fixado pela Constituição, aquela convocação matutina do Gabinete marcava claramente uma orientação quanto à produtividade nas tarefas que se iam empreender. Eis porque, entre os requisitos necessários aos que integram a equipe governamental, figura a disposição para começar cedo a jornada. Malgrado o rifão, a bênção divina costuma descer sobre as cabeças dos que amanhecem nas lides. A verdade é que Deus ajuda a quem madruga, porque madrugar no trabalho é um ato de fé, uma espécie de oração, um gesto de confiança no destino. Só mesmo tendo madrugado e só mesmo mercê de Deus é que lo-

gramas dar ao país impulso tal, que as horas-plantas dedicadas ao Brasil frutificaram em resultados positivos, cuja excelência será reconhecida um dia pela experiência direta das novas gerações, às quais dedicamos estes anos de Governo, para que venham a ter uma tranqüila colheita de prosperidade e segurança.

Abriu-se um debate novo sobre se é lícito, ou não, impor sacrifícios a uma geração em benefício das seguintes. Até aqui, longe de contestar-se, proclamava-se, com insistência de lugar comum, a tese altruista que impõe, aos homens conscientes do dever, o zelo por aqueles que os terão de suceder no tempo. Bastou, porém, que o Governo se abalancasse a enfrentar problemas de maior envergadura e, não contente com paliativos, cuidasse de aprofundar-se em soluções, para que, ruidosamente, surgisse e crescesse o partido dos que consideram ser um país fruto do acaso, ou de impulsos ocasionais. Eu sabia o que desejava: seguir uma política ambiciosa, um caminho que me parecia indispensável e salvador. Não vacilei. Agi com pleno conhecimento, sabedor da responsabilidade que assumia e do bem fundado da causa. Apressi o desenvolvimento do Brasil, alterando certo ritmo; certa cadência costumeira da nossa marcha. Quebrou o meu Governo uma espécie de placidez, direi mesmo, de sonolência, em que nos embalsávamos. Não dissimulei, desde o primeiro dia de candidato, as minhas intenções. Logo se tornou popular, servindo até de pretexto a críticas malévolas, a fórmula "cinquenta anos em cinco", com que busquei, apenas empossado, sintetizar a aceleração deliberada que urge imprimir ao desenvolvimento nacional. "Cinquenta anos em cinco" exprimia bem a ambição do meu Governo. Não sei de promessa, em nossa história, que despertasse maior reação, o urenissem tão grande número de contraditores. Não me parece, contudo, que tenhamos desmerecido, da expectativa que criamos.

Pela última vez, hoje, comemoramos no Rio de Janeiro um aniversário da nossa administração. Não tardaremos em instalar-nos na nova Capital. E quem poderá contestar que o Brasil experimentou radical transformação? Quem negará que obras fundamentais foram levadas a cabo, obras que exigiram cinquenta anos de tempo de administração menos resolvidas a transpor a barreira da estagnação? Cada ato arrojado, importante para a aceleração de nosso passo, custou decerto um esforço bem maior que o requerido, em circunstâncias rotineiras, pelos aspectos executivos e técnicos de cada problema, se encarados com visão imediatista. Consideramos errôneo julgar que as grandes árvores protetoras, não as necessitamos plantar, porque demonstram a crescer e só darão frutos para as gerações vindouras, que não alcançaremos.

Ter-me-ia sido possível governar o país de maneira menos ambiciosa do que o fiz; bem me haveria em fruir o poder político, sem expor-me a riscos, sem ofender a inércia, nem contrariar interesses criados, poupando assim muitos choques. Mas, desde o primeiro dia de trabalho, falei-vos linguagem que traduzia uma determinação. Bom ou mau, certo eu errando, o Governo que, juntos, realizamos, obedeceu a um plano e representou uma opção. Nestes anos de labor intenso, coube-me viver alguns instantes cruciais, em que me foi necessário meditar longamente sobre as responsabilidades por assumir.

Brasília

Posso dizer, sem hipérbole, que a decisão relativa a Brasília constituiu para mim um esforço bem mais considerável do que toda a solicitude em acompanhar a parte executiva dessa obra, em verdade imensa e que temos

de atribuir, não só à proteção de Deus, que não nos faltou, com a capacidade do trabalho de nossa gente, à dedicação inextinguível dos chefes e dos operários. Naquela ocasião, me di os prós e os contras, avalei as dificuldades de toda a ordem: as materiais, com todo o cortejo de repercussões econômicas e problemas técnicos; mas, sobretudo, o significado da resolução e a gravidade decisiva do ato. O imperativo constitucional fora repetidamente ignorado e seria fácil permitir que continuasse letra morta. Mas a criação de Brasília, a interiorização do Governo, esse ato dramático e irretroatável de ocupação efetiva do nosso vazio territorial, essa demonstração inequívoca de fé na capacidade realizadora dos brasileiros, esse triunfo do espírito pioneiro, essa prova de confiança na grandeza deste país, essa rutura completa com a rotina e o conformismo, eu a sentia em íntima e perfeita correspondência com a aspiração máxima do povo brasileiro: a revolução do desenvolvimento nacional. Brasília foi o primeiro ato dessa revolução, fecundo em consequência, a meta número um, a meta-síntese de um Brasil renovado.

Brasília significa, não apenas a mudança da sede de um Governo, mas de todo o rumo de uma grande nação. Sei como são fortes as resistências e os antagonismos, porque sei até onde essa mudança tem um aspecto revolucionário, porque estou bastante lúcido quanto à série de transtornos e de modificações que ela vai ocasionar. Não fugirá a ninguém o aspecto heróico da empresa, nem os sacrifícios requeridos; mas o dia de amanhã explicará melhor do que qualquer discurso — que Brasília obedeceu a uma imperiosa necessidade. Mais dia, menos dia, seria necessário colocar o Brasil no seu centro, conquistando essa parte importante do seu território, integrar o país em si mesmo.

Eu me dou por feliz pelo privilégio de construir Brasília, de realizar essa aspiração, que pareceu inatingível a muitas gerações de brasileiros, em tempo recorde, mostrando ao mundo que somos capazes de fazer o que queremos, e fazer como melhor — o fariam outros povos, que marcham na vanguarda da técnica e da civilização.

Fé no Brasil

As metas deste Governo não foram provas esportivas que nos impusessem vencer para a conquista de trofeus mas atos necessários, indispensáveis à correção de muitos esquecimentos e de muito de irrealismo que, por vezes, tem caracterizado a conduta dos brasileiros em relação ao nosso próprio país. Não poderia continuar o Brasil a sua marcha, sem estradas para comunicações, sem aumentar o potencial de energia, sem livrar-se da paralisação, sem desobstruir os caminhos que teremos de percorrer em nosso avanço. Não pratiquei um só ato que pudesse ser adiado ou desdenhado. Aquele de frente os problemas que se nos defrontarem; não criamos tais problemas, nem os desejamos. Se mérito houve, no meu Governo, este foi o de não ter fugido a uma imposição das circunstâncias; o de não ter vacilado ante uma tarefa ingente. Só Deus sabe o que a simples aceitação de uma responsabilidade de tal vulto representa como ato de fé e que esse ato de fé comporta sacrifícios e sofrimentos.

Muitos homens de hoje julgam que assumi encargo acima das forças do Brasil, tendo por isso errado. É possível que, no futuro, venham alguns acusar de tímido o meu Governo. Estou, porém, convencido de que não somos, nem ousados, nem tímidos. Não me escapa a circunstância de que — por maiores os esforços despendidos e os trabalhos desta hora — ainda muito há por fazer e reali-

zar. O país necessita da multiplicação de todas as energias que aplicamos nesta hora.

Deixemos aos que não acreditam no país julgar que somos excessivos nos trabalhos e nas obras. A premissa de meu Governo é a fé no Brasil.

Na Mensagem que em breve enviarei ao Congresso Nacional, prestarei mais pormenorizadas contas acerca das atividades do meu Governo, nos diferentes setores da minha administração no ano findo. A frente do Executivo, prosseguirei, com a mesma firmeza e com redobrado entusiasmo, na tarefa que me propus. Tenho a consciência de haver-me empregado inteiramente na realização da minha plataforma. Pela primeira vez em nossa história, foi elaborado e posto em execução um grande plano de desenvolvimento econômico, em escala verdadeiramente nacional e com objetivo de largo alcance para a futura expansão de nosso país em todos os ramos da produção. As metas do programa de realizações básicas do meu Governo orientaram a ação do poder central, segundo critérios cuidadosamente estabelecidos, tendentes a promover um crescimento harmônico das diversas regiões. O caminho foi traçado com segurança. Conseguiamos percorrê-lo, até agora, como previsto e, não raro, em ritmo mais acelerado do que esperávamos. Ao término do meu mandato, graças ao conjunto de obras de infraestrutura, contempladas no programa de metas e efetivamente incorporadas ao patrimônio econômico da Nação, o Brasil será um país com todos os requisitos para completar o seu extraordinário surto industrial, nas bases mais modernas. Em primeiro lugar, ter-se-á registrado um aumento substancial da utilização dos nossos recursos energéticos.

Ultrapassada a meta da produção de petróleo

As atividades da PETROBRAS, quer no tocante à perfuração de poços, quer no que diz respeito à refinação e ao transporte de óleo e derivados, apresentam índices expressivos da capacidade técnica e da tenacidade dos brasileiros.

A meta de produção, fixada pelo meu Governo em 40.000 barris por dia para 1960, foi ultrapassada muito antes do prazo. Hoje a produção, que era, em média, de 5.800 barris em 1955, se acha no nível de 75.000 diários. Duas novas unidades da Refinaria Landulpho Alves já se encontram operando em caráter experimental, para levar a capacidade daquela usina de refinação, ora de 10 mil barris, para 32.000 barris por dia ainda este ano e 42.000 no início de 1961.

Com a conclusão das obras em curso — ampliação das refinarias e construção da Refinaria Duque de Caxias, junto à qual prosseguem os trabalhos de implantação da fábrica de borracha sintética — chegaremos em 1961 à auto-suficiência em derivados de petróleo. Estão, por outro lado, em fase conclusiva os estudos para a construção da Refinaria de Minas Gerais e do oleoduto Rio-Juiz de Fora-Belo Horizonte, obras em que se empenha o meu Governo para satisfazer a um justo anseio do povo de Minas Gerais. Merece registro também, o aumento da capacidade de transporte de nossa frota de petroleiros. Dos sete superpetroleiros encomendados no meu Governo, quatro já arvoram a Bandeira Nacional no serviço do abastecimento do país e outros três serão recebidos ainda este ano. Em 1955, a capacidade da Frota Nacional de Petroleiros era de 224.000 toneladas. Já atingimos 370.000 toneladas e chegaremos, ainda em 1960, a 510.000 com as encomendas já feitas. Intensificamos as atividades de pesquisas

petrolíferas, não só aumentando as equipes de técnicos para os estudos de superfície, como elevando o número de sondas. Hoje, 62 equipamentos perfuram o país de Norte a Sul, num esforço heróico à procura de novas áreas produtoras. As reservas provadas de petróleo, que eram de 255 milhões de barris em 1955, registram agora 510 milhões. A produção acumulada, desde a descoberta do petróleo até dezembro de 1955, foi de 6 milhões e 300 mil barris. No período de meu Governo, de 1956 a 1959, a produção acumulada foi de 56 milhões e 600 mil barris. A economia anual de divisas proporcionada pela indústria petrolífera nacional, que era apenas de 32 milhões de dólares em 1955, estará praticamente decuplicada no ano próximo, devendo ultrapassar os trezentos milhões.

Asfalto

Devo ressaltar que, até 1955, os programas de pavimentação asfáltica de rodovias e pistas esbarravam no sério entrave da importação de asfalto a pesar sobre as nossas disponibilidades de divisas. A partir de 1956, ficamos liberados desse ônus com a entrada em pleno funcionamento da fábrica de asfalto da Petrobrás. A produção do ano passado, excluída a pequena contribuição da iniciativa privada, foi de 162.814 toneladas, que atenderam a todo o consumo nacional em franca expansão devido ao desenvolvimento dos planos rodoviários.

Hoje podemos dizer que veículos brasileiros, acionados por combustíveis brasileiros, rodando sobre asfalto brasileiro, cortam, de Norte a Sul e de Leste a Oeste, o Território nacional, levando a todos os recantos não só a consciência da unidade física, moral e espiritual da Pátria, mas também as pulsações de seu progresso.

Energia Elétrica

A energia hidrelétrica representou preocupação fundamental do meu Governo. Encontrei três milhões de Kw instalados e fixei a meta em 5 milhões para 1960. Cumprida essa meta, teremos criado condições para se elevar o potencial a 8 milhões em 1965. Com as obras concluídas, já atingimos o nível de 4 milhões.

Furnas — Somente a Grande Central Elétrica de Furnas, a maior obra do meu Governo no referente à energia elétrica, dará um acréscimo de 1 milhão e 200 mil Kw. Tendo um volume útil de 29 bilhões de metros de água, Furnas colocará o alto potencial do Rio Grande a serviço da maior concentração industrial do país, o Triângulo Rio-São Paulo-Belo Horizonte. O comprimento e o volume de escavação dos túneis de Furnas excedem o total de todos os túneis do Distrito Federal.

Três Marias — Três Marias é outra grande obra do meu Governo. Terá repercussões diretas e imediatas no imenso e fértil Vale do São Francisco, pois não só possibilitará o seu saneamento e a regularização do curso de suas águas, tornando-o navegável em qualquer época do ano, numa extensão de 1.500 quilômetros, como exercerá benéfica influência em vasta área do Polígono das Sécas, permitindo a irrigação de terras, hoje improdutivas, em centenas de milhares de quilômetros quadrados. Além disso, Três Marias representa um acréscimo de 520.000 Kw no potencial energético do país, assim como o aumento de 410.000 Kw na Hidrelétrica de Paulo Afonso, onde estão se realizando obras que, inauguradas no primeiro semestre de 1961, elevarão seu potencial dos 180 mil Kw atuais para 310 mil Kw. Somente 4 barragens no mundo têm volume de terra superior à de Três Marias. Seu volume de água represada é sete vezes maior que o da Baía de Guanabara.

A ação governamental não se limitou, porém, a aquelas duas grandes

obras, pois o Governo Federal concorreu financeiramente para a realização de numerosos empreendimentos de expansão hidrelétrica e termoeleétrica nos Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Bahia, Minas, São Paulo, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Goiás, e no Território do Amapá.

Energia Nuclear

A energia do futuro também não ficou esquecida. O Brasil tem acompanhado de perto, desde o início, os esforços dos demais países no sentido do aproveitamento da energia atômica para fins pacíficos.

Em São Paulo, montou-se o primeiro reator atômico da América Latina. Fundaram-se vários Centros de Estudos dos problemas da energia nuclear; intensificam-se as pesquisas geológicas para descoberta de minérios uraníferos e projetam-se várias usinas atômicas, já se tendo iniciado a construção da usina de Poços de Caldas. Como precioso subproduto dessa atividade científica, figuram os isótopos radioativos, de largo emprego na medicina.

Siderurgia

A grande siderurgia já é uma realidade no Brasil. Em 1955, nossa produção de aço em lingotes era de 1 milhão, 150 mil toneladas. Fixamos a meta, nesse setor, em 2 milhões e 300 mil toneladas para 1960, capacidade que já atingimos, tornando possível sua elevação para 3 milhões e 500 mil em 1965.

Levando adiante as realizações anteriores, meu Governo promoveu a expansão da Companhia Siderúrgica Nacional, aumentando-lhe a capacidade de produção que era de 650 mil toneladas de aço em lingotes, para um milhão e 100 mil toneladas. Em 1961, deverá alcançar um milhão e 250 mil. Cumpre acentuar que, em 1959, foi superada a capacidade nacional de produção traçada para 1960. A deste ano será, em consequência, 1,25 vezes maior do que a prevista.

A produção de alumínio, que se situava nos níveis de 2.600 toneladas anuais, já alcançou 16.700; a do cobre concentrado passou para 3.800 toneladas; a do cobre metálico atingiu 1.800 toneladas e a de estanho, antes praticamente inexistente, foi de 3 mil toneladas em 1959.

Além disso, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico concedeu empréstimos num total de 4 bilhões de cruzeiros para o incremento da indústria siderúrgica. E de notar-se ainda o programa da Companhia Vale do Rio Doce, a qual tem merecido todo o apoio governamental, transformando-se em fonte apreciável de divisas. Espera-se que a Vale do Rio Doce traga para o nosso país 50 milhões de dólares este ano e 60 milhões em 1961. O valor da sua exportação é, no momento, de 40 milhões anuais.

Ferrovias

Em matéria de transportes, ferroviário, meu Governo inverteu; até o ano passado, 8 bilhões e 600 milhões de cruzeiros no programa de construção do Departamento Nacional de Estradas de Ferro e 29 bilhões e 500 milhões no programa de reequipamento da Rede Ferroviária Nacional. Cerca de 51 bilhões de cruzeiros serão aplicados, no período de 1956 a 1960, no reaparelhamento de nossas ferrovias. Algumas cifras dão bem a idéia dos esforços governamentais para resolver esse importante problema. Já foram adquiridos 7.608 novos carros de passageiros e vagões de carga; 300 locomotivas e 283.400 toneladas de trilhos e equipamentos. Os primeiros resultados da execução desse programa já estão à vista. Nossas ferrovias vêm dando cabal escoamento à produção nacional, não havendo mais mercado-

rias retidas e perdas nos pontos de embarque, o que significa uma importante vitória nesse setor fundamental para a economia do país.

Rodovias

As ligações rodoviárias merecem cuidado muito especial. Em 1955, o Brasil não possuía mais de 2.400 quilômetros de estradas pavimentadas e todo o sistema rodoviário do país mal superava os 22 mil quilômetros de estradas pavimentadas e todo o sistema rodoviário do país mal superava os 22 mil quilômetros, sendo mais de 17 mil de revestimento primário. Propôs-se o Governo construir mais 10 mil quilômetros de novas rodovias e mais 3 mil de asfaltagem. Ultrapassados que foram tais metas, caminhamos agora para os novos objetivos de 18 mil quilômetros de construção e 5.800 de pavimentação asfáltica, que serão atingidos ainda este ano. Quatro grandes rodovias, além de inúmeras menores, serão completadas antes de findar-se o meu Governo: Belém-Brasília-Pôrto Alegre, com 4.550 quilômetros; Fortaleza-Brasília, com 1.826 quilômetros; São Paulo-Curitiba, com 401 quilômetros e Rio-Bejo Horizonte-Brasília, com 1.200 quilômetros. Somente a Belém-Brasília exigiu investimentos da ordem de 2 bilhões, 750 milhões de cruzeiros, sendo que os investimentos da rodovia Brasília-Pôrto Alegre atingirão cifras bem mais altas, dadas as dificuldades topográficas das regiões atravessadas.

A Transbrasiliana Belém-Brasília-Pôrto Alegre constituirá uma coluna dorsal que correrá do Norte ao Sul do País, da Amazônia aos pagos do Rio Grande, estabelecendo a ligação física do país pelo interior.

O Brasil vai escrever, com esses poderosos elos de intercâmbio econômico, social e espiritual, novos capítulos de sua História, que não será apenas a de uma civilização costeira, mas a de posse e da valorização efetivas de imensas áreas, antes somente vislumbradas nas ações pioneiras dos bravos homens que procuraram conquistar o Oeste brasileiro.

As obras de arte rodoviárias — pontes e viadutos — que estarão concluídas até ao fim do corrente ano somarão 38 quilômetros e compreenderão trabalhos do vulto da ponte internacional Brasil-Paraguai, e das pontes sobre o Rio Paraná, em Fôrto 15 de Novembro, com 2.262 metros, sobre o Jequitinhonha, com 501 metros; e sobre o Tocantins, com 500 metros.

A ponte internacional Brasil-Paraguai é um monumento de beleza e técnica, erguido pela engenharia nacional à amizade entre os dois povos. Mede 550 metros de comprimento, sendo o seu arco de concreto armado, de 300 metros de extensão, o maior do mundo.

Indústria automobilística

A indústria automobilística, praticamente inexistente no início do meu Governo, faturou cerca de 93 bilhões de cruzeiros, em veículos e autopeças, em 1959, soma já bem superior aos 70 bilhões de cruzeiros da produção de café. A contribuição para os cofres públicos, em impostos, foi da ordem de 10 bilhões e 700 milhões de cruzeiros.

Operou-se, nesse setor, verdadeira revolução, pois entrou o Brasil a figurar entre os países produtores, numa posição que surpreendeu o mundo técnico. Da estaca zero, em 1956, passamos, em 1957, a uma produção de 30.700 veículos. Já no ano passado, logramos produzir 9.243 veículos, o que justifica a previsão de que em 1960 a produção alcançará 135 mil unidades.

A indústria automobilística provocou o desenvolvimento das indústrias subsidiárias, que hoje dão trabalho a cerca de 120.000 homens em suas

várias especializações, criando nova técnica antes pouco conhecida no país.

No período de 1957 a 1959, a indústria automobilística produziu 188.072 veículos, no valor aproximado de 700 milhões de dólares. A liberação de divisas girou em torno de 414 milhões de dólares. É um novo ciclo econômico que se iniciou para o Brasil, desta feita no domínio dos transportes, vital para o seu progresso e soberania.

Armazéns e Silos — Fertilizantes e Indústria de Tratores

Quanto a armazéns e silos, elevou o meu Governo a capacidade de estocagem, da ordem de 84.650 toneladas em 1955, para 452.650 em 1959, com o que ultrapassamos a meta fixada. Em 1960, com as obras em execução, chegaremos a 600.000 toneladas. No setor dos fertilizantes, a meta de 300.000 toneladas adicionais foi atingida no que se refere à capacidade instalada das fábricas. Tudo indica que entraremos no regime da plena produção em 1960, quando teremos então 400.000 toneladas. Relativamente a tratores para a lavoura, com as medidas adotadas pelo meu Governo, já no biênio 1956-1957, quando importamos 10.000 unidades, a meta de 60.000 foi alcançada. Em dezembro de 1959, já havia 74.000 tratores em atividade. Por outro lado, através do decreto nº 47.473, de 22 de dezembro de 1959, demos um passo decisivo no sentido da implantação da indústria nacional de tratores. Esperamos produzir, neste ano, 2.500 unidades e, em 1961, 7.000, com um índice de nacionalização da ordem de 85%.

Cimento

Outra meta do meu Governo, virtualmente atingida diz respeito ao cimento. Programamos passar de uma produção de 2 milhões e 799 mil toneladas em 1955, para 5 milhões em 1960. A capacidade atual das fábricas nacionais já é de 4 milhões e 809 mil toneladas. Igual êxito tiveram as esforços para elevar a capacidade de produção da celulose, da ordem de 90 mil toneladas, para 260 mil. Em 1959, já registrávamos a capacidade de 253 mil toneladas.

Fabricação de papel e de material elétrico

Quanto à fabricação de papel, que era de 40 mil toneladas em 1955, fixamos a meta em 130 mil e já atingimos a capacidade de 78 mil toneladas. Na parte referente a material elétrico e mecânica pesada, a produção brasileira era deficitária. Não fabricávamos turbinas e geradores pesados. Hoje, produzimos geradores de 4.200 KVA, com possibilidade de serem fabricadas, em breve, unidades até de 100 mil KVA, assim como turbinas hidráulicas de 80 mil KVA.

Relativamente a geradores de forças já poderemos fabricar unidades até de 100 mil KVA. No que diz respeito a motores, a expansão foi também notável: Em 1956, a capacidade era de 760 mil HP.

Dois anos depois, essa capacidade havia atingido 1 milhão e 700 mil HP.

Marinha Mercante

A criação do Fundo de Marinha Mercante e a instalação do Grupo Executivo da Indústria de Construção Naval possibilitaram o desenvolvimento industrial do país nesta importante área, com a implantação de 9 estaleiros. Os dois primeiros navios construídos dentro desse programa serão lançados ao mar no corrente ano.

Amparo às atividades agropecuárias

O meu Governo cuidou, com igual interesse, do amparo às atividades agropecuárias. Os financiamentos aos

agricultores e criadores elevaram-se de 16 bilhões e 600 milhões de cruzeiros, em 1955, para 41 bilhões e 800 milhões em 1959, correspondendo o aumento a 250%. Foram, também, substanciais os recursos destinados à produção agrícola e extrativa vegetal para o custeio de entre-safra, assim como os votados ao custeio de entre-safra de produtos alimentares de exportação.

Sêcas do Nordeste: CODENO — SUDENO

Não quero, também, deixar de referir-me a um projeto específico e de longo alcance, cuja realização já se encontra em curso. Nunca se descuidou o meu Governo do problema dramático das sêcas do Nordeste e, além de uma contribuição assistencial que chegou a custar mais de vinte milhões de cruzeiros diários em 1958, a administração federal realizou uma importante obra de agudagem no Polígono das Sêcas. Havia, em 1955, três bilhões de metros cúbicos de águas; neste começo de ano, devemos ultrapassar a meta de 8 bilhões de metros cúbicos, sem falar nos 113 quilômetros de canais de irrigação que foram construídos. Ao tomar posse, encontrei no Brasil 7 bilhões de metros cúbicos de água nos açudes e barragens; ao passar o cargo, terei elevado essa cifra para 80 bilhões.

Mas esse esforço, embora considerável, não era suficiente. Cumpria libertar o Nordeste das providências de caráter meramente assistencial, elaborar um plano orgânico e atualizado de recuperação econômica da região e coordenar a atividade dos numerosos órgãos da administração pública que operam na zona das sêcas, muitas vezes com desvelo e eficiência, mas de modo dispersivo. Para tal fim, foi criada a CODENO e agora, com a aprovação legislativa de um projeto governamental, instalou-se a Superintendência de Desenvolvimento, encarregada de executar a Operação Nordeste, segundo o planejamento cuidadoso de soluções de conjunto para os problemas daquela região. Estão, assim, lançadas as bases para que se venham corrigir, em prazo razoável, o desnível econômico-social entre o Nordeste e o Centro-Sul do país. Essa situação, injusta e perigosa, tendia a agravar-se, tanto mais que a participação do Nordeste no produto bruto da economia brasileira, que era em 1939, antes da última guerra, de cerca de 30%, hoje se situa na ordem de 11%.

A SUDENO pretende ser um órgão de natureza renovadora com o duplo objetivo de dar ao Governo um instrumento que o capacite a formular uma política de desenvolvimento para o Nordeste e, ao mesmo tempo o habilite a modificar a estrutura administrativa em função dos novos objetivos.

Definidos esses objetivos, deixará de haver multiplicidade de políticas no Nordeste: uma do DNOCS — o Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas — e outra da Comissão do Vale do São Francisco; um do DNER e outra do DNEF; finalmente, tantas políticas quanto são os órgãos do Governo Federal que operam na região, todos crescendo vegetativamente, repetindo coisas que fizeram no passado, bem ou mal, na medida que puderam, e quase todos com enormes dificuldades principalmente porque não podem ver o problema no seu todo.

Não quero aqui esquecer a colaboração — não apenas espiritual e inspirada por Deus, mas também concreta, traduzida por atos, incitamentos e experiências práticas — do bravo e dedicado episcopado do Nordeste. Nunca me deixaram, esses vigilantes pastores, de lembrar o problema nordestino e a necessidade da salvação de tantas preciosas vidas de

brasileiros, tão dignos quão castigados por uma sorte madrastra.

A Reunião dos Bispos, tendo à frente, como Secretário, a incansável e apostolar figura de D. Helder Câmara, tem sido um dos mais vigorosos instrumentos para o combate ao subdesenvolvimento do Nordeste.

O Problema sucessório

Eis aí o que fizemos no plano material. Mas, nunca nos descuidamos de trabalhar pelo estabelecimento de um clima de harmonia e liberdade que favorecesse a obra de recuperação democrática das instituições brasileiras. Ao avizinhar-se a campanha eleitoral, posso afirmar que o problema sucessório está colocado em termos dignos de um país livre, em plena maturidade política. Para avaliarmos o enorme caminho percorrido, bastará fazer uma pausa e voltar os olhos para a situação do Brasil até ao dia em que tomei posse. Os que exigem o absoluto dos esforços alheios e reclamam resultados perfeitos poderão apontar nugas ou deficiências — mas o fato é que estamos numa terra de liberdade, cada vez menos ameaçada por qualquer solução de violência. A fúria depredatória e antidemocrática — que se revelou até mesmo em alguns dos que pareciam ter dedicado suas vidas à defesa dos ideais da democracia tornou-se, nos dias atuais, posição inzonsequente e insólita. O bom-senso popular corrige os impulsos dos remanescentes de uma era já ultrapassada de pronunciamentos, e os corrige de maneira mais exemplar, ministrando-lhes a punição da indiferença.

Sabe a opinião pública que o sistema democrático não funciona com toda a perfeição desejável, mas sabe também que melhor regime até aqui não se ideou e que o aperfeiçoamento das instituições livres é uma consequência de continuidade ininterrupta da vida democrática. Não há evolução democrática sem duração do exercício dos direitos e dos deveres políticos segundo os princípios constitucionais. O esclarecimento popular sobre a escolha dos dirigentes da Nação e dos representantes do povo é oriundo de um crescente amadurecimento, que só se verifica pela prática do voto. Foram dolorosas as circunstâncias da batalha eleitoral que me fez Presidente da República. Não desejo, para nenhum dos candidatos de hoje, as vicissitudes por que passei. Não as quero relembrar, senão para termos noção exata do avanço alcançado na meta de consolidação democrática de nosso país. Já não há golpes, nem pronunciamentos destoantes, que ponham em risco o regime; e quando ocorre um levante, fruto de presunçosa irreflexão, carece ele de qualquer envergadura e, encontrando ambiente tão pouco acolhedor, contribui para afastar esperanças mal colocadas e fortificar idéias mais consuetivas.

Sei que este ano é o da completação da meta política e, por isso mesmo, o momento é o mais delicado de todos. Vamos proceder a eleições, e só desejo repetir aqui o que tenho insistentemente afirmado: as eleições, presidenciais ou outras, são atos normais da democracia; assim devem ser tratadas e nada justifica que o regime estremeça todas as vezes que se avizinha um pleito, como se o ato da escolha de elementos do Governo ou do corpo legislativo não fizesse parte do jogo das livres instituições, cuja conquista representou grata vitória do nosso povo. Tenho a convicção de que, desta vez, não se registrará a menor perturbação da ordem — em qualquer sentido e que os escolhidos pelo eleitorado brasileiro se empossarão sem que se discuta o pronunciamento

das urnas e da justiça. Porei todo o meu empenho nisso e quero ter sido eu o último candidato à Presidência da República obrigado a vencer resistências antidemocráticas e a enfrentar ameaças de um inconformismo político bem mais atentatório aos nossos foros de país civilizado do que à minha pessoa. Agradeço ficarei a Deus por ter podido governar sem o emprêgo de medidas de exceção e por ter sabido conservar-me sereno e isento. Espero manter-me assim sempre, resguardando a minha autoridade sem permitir excessos. No creio estar a meu alcance maneira melhor de defender a democracia do que a de oferecer eu próprio um exemplo de respeito às leis e ao regime, fazendo, porém, assegurar a ordem sempre que quiserem atentar contra a paz e a tranquilidade da família brasileira.

Política externa: Operação Pan-Americana

Ao examinarmos os atos de meu Governo, em seus aspectos mais importantes, não seria possível omitir referência especial à dinamização das atividades da nossa política externa. O movimento que se denominou Operação Pan-Americana ganhou vulto e, nestes últimos tempos, vem abrindo perspectivas extremamente favoráveis. Há dois anos, em consonância com os países irmãos do continente, indicávamos que se tornava urgente transformar num plano de ação concreta a geral aspiração de levantarmos o nível de vida dos povos deste Hemisfério. Desde então, temos lutado por essa Operação Pan-Americana, encontrando as resistências naturais que se costumam opor a qualquer violência à rotina, mas enfrentando-as com a paciência e, mesmo, a obstinação que nos ditava a consciência de estarmos no bom caminho. A Operação Pan-Americana — que visa a integrar os países do continente num esforço decisivo para solver os problemas essenciais do nosso tempo — é, no momento em que vos falo, uma iniciativa triunfante, que mereceu o apoio das 21 Repúblicas e que vai prosseguir no terreno das medidas práticas de combate ao subdesenvolvimento. Devo proclamar aqui que a Operação Pan-Americana muito ficará a dever ao Presidente da República do México. Dêle acabo de receber sugestões valiosíssimas no sentido da adoção de providências concretas para a realização de nosso objetivo comum. O Presidente Lopez Mateos trocará idéias sobre o assunto com outros Chefes de Estado. No que toca ao Brasil, tenho a satisfação de enunciar que as idéias do Presidente mexicano, por sua disposição construtiva e perfeita objetividade, receberam de minha parte total adesão. Espero que o mesmo aconteça com os demais países, cuja opinião acatamos como decisiva para o bom êxito desse grande movimento, generosamente concebido e que necessita de ter, firmemente delineados, não só os seus objetivos gerais, como também a ordem de prioridade no tratamento dos diversos assuntos.

De conformidade com a nossa posição tradicional e com o espírito do novo pan-americanismo, temos intensificado, por todos os modos, as nossas relações com os países deste Hemisfério. As visitas que nos fazem Chanceleres e Chefes de Estado, como a do Presidente do México e, dentro em breve, a do Presidente da Colômbia, concorrem proveitosamente para entendimentos diretos e acertos de posições em benefício mútuo e da causa continental. Não pouparemos esforços no sentido de contribuir para que se forme na América Latina um clima de confiança e harmonia, propício a uma efetiva cooperação, cuja importância e extrema urgência ninguém mais contesta. Por outro lado, entre os Estados Unidos e o Brasil, as nossas relações de amizade

retomaram em caráter de afinidade correspondente ao desejo comum de cada vez mais íntima colaboração. Esperamos que esse desejo se converta em realidade e que as nossas futuras relações venham a ultrapassar de muito as atuais presentes. Todo o país aguarda com alegria a viagem do Presidente Eisenhower, que certamente virá dar novo impulso a solidariedade interamericana e a amizade entre o Brasil e os Estados Unidos. Confinio, outrossim, em que nós seja possível lançar novas bases para o incremento de nossas relações comerciais, mediante a remoção de certos obstáculos ainda existentes entre o exportador brasileiro e o consumidor norte-americano. No que toca ao problema cafeeiro, os Estados Unidos adotaram uma política liberal desde os tempos do Presidente Jackson. Mas há, de certo, muito ainda por fazer em outros setores. De qualquer modo, tenho a impressão de que nossos objetivos estão sendo compreendidos e ninguém ignora que desejamos apenas encerrar o aspecto construtivo das coisas.

No quadro geral da nossa política externa, temos procurado: amparar as nossas relações comerciais com quase todos os países do mundo, num esforço para encontrar novas formas de cooperação econômica e novos mercados para os nossos produtos. Estamos estudando as possibilidades de maiores contactos com os países da Europa ocidental, cujas economias se mostram cada vez mais vigorosas e dinâmicas. Concluímos satisfatoriamente arranjos de comércio com a União Soviética, e estamos dispostos a negociar nesse campo com outros importantes potenciais de produtos brasileiros. Em tudo agiremos de acordo com a nossa conhecida posição no mundo e no interesse supremo de paz e de prosperidade dos povos.

Recuperação Monetária

Encerrando esta exposição, quero reafirmar quanto disse no discurso pronunciado no último dia do ano passado. Sem prejuízo do desenvolvimento, sem paralisar a nação, tendo sempre em vista que nos cumpre enfrentar um aumento populacional imenso — vamos nos empenhar na obra de recuperação monetária, no combate ao superfluo, na luta contra a desordem, em todos os sentidos e planos. Não recuarei diante de esforço algum para completar a tarefa de integração nacional e facilitar o trabalho dos brasileiros, permitindo assim que este país possa acolher os novos contingentes humanos que virão aumentar e enriquecer a sua demografia. Tenho a convicção inalterável de que, neste grande país, o caminho da salvação, da tranquilidade, de segurança, da independência desta e das futuras gerações só pode ser o do contínuo enriquecimento nacional. Ninguém me demoverá da certeza de que devemos empregar constantemente novos cabedais de energia humana e de competência na construção de nosso país. Não vejo um Brasil atrofiado, anêmico, ameaçado por uma folha seca que caia, ou por uma corrente de ar. Se é crime ambicionar a grandeza de seu país, não escondo este meu crime. Já enfrentei horas mais adversas que a presente. De modo crescente, meu Governo vai sendo amparado pela compreensão do país. Sinto que muitas já estão vendo o novo Brasil, que surge e se afirma. Já falei, porém, demais, e ainda nos espera todo um ano de luta e de trabalho. Num país em construção como este, não há outra alternativa senão retornarmos todos os momentos, e até quando Deus o permitir, às tarefas incessantes que surgem todas as horas. Força é que amemos o nosso desvelo, que tenhamos paciência com as enganadoras vozes da descrença e que não ambicionemos outra recompensa se não a da consciência de não nos termos poupado no empenho de propiciarmos, o encontro do Brasil com a sua vocação para a grandeza.